

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO  
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

**POLIANA FONSECA OPOLINSKI**

**AQUISIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS RETOS EM PRIMEIRA PESSOA NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**CURITIBA**

**2021**

**POLIANA FONSECA OPOLINSKI**

**AQUISIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS RETOS EM PRIMEIRA PESSOA NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**Acquisition of first-person subject pronouns in Brazilian Portuguese**

Trabalho de Conclusão de Curso -  
Modalidade Monografia - apresentado à  
disciplina de TCC 2 do Curso Superior de  
Licenciatura em Letras Português do  
Departamento de Linguagem e Comunicação  
da Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná, Câmpus de Curitiba, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof. Dra: Cristina de Souza Prim

**CURITIBA**

**2021**



**POLIANA FONSECA OPOLINSKI**

**AQUISIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS RETOS EM PRIMEIRA PESSOA NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em Letras Português da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na área de Letras.

Data de aprovação: 18/08/2021

Profª Cristina de Souza Prim, Doutorado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Denise Miotto Mazocco, Doutorado – Universidade Federal do Paraná  
Profº Roberlei Alves Bertucci, Doutorado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profº Evandro de Melo Catelão, Doutorado – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 18/08/2021.

A folha de aprovação assinada encontra-se na Secretaria do curso.

Dedico este trabalho a Deus, pelo qual tudo foi feito  
e sem Ele nada foi feito.  
(João 1, 3)

## **AGRADECIMENTOS**

Acima de todas as coisas, agradeço a Deus, a própria Sabedoria Encarnada, por me dar a conhecer a linguagem do homem como criação divina.

Aos meus pais, por toda dedicação e empenho em minha formação.

Aos demais familiares e amigos por acompanharem a minha trajetória acadêmica, sendo sustento com orações e colaborações.

Aos professores da UTFPR, em especial à orientadora e à banca, por toda paciência e benevolência comigo.

“Outros disseram, do mesmo modo, que a ciência de todas as coisas foi criada juntamente com a alma, e que o ensino e os apoios exteriores da ciência não fazem senão conduzir a alma a recordar ou considerar o que ela já sabia.”  
(São Tomás de Aquino)

## RESUMO

OPOLINSKI, Poliana F. Aquisição dos pronomes pessoais retos em primeira pessoa no português brasileiro. TCC (Curso de Licenciatura em Letras Português), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

Este trabalho se enquadra nos estudos sintáticos acerca da aquisição de linguagem, mais especificamente da categoria de pronomes pessoais retos de primeira pessoa do caso nominativo. A fundamentação teórica se relaciona à abordagem gerativista, e ainda está vinculada à hipótese continuísta. Para isso, foram utilizados os referenciais de Grolla (2006), Grolla e Figueiredo Silva (2014), Kato (1999; 2001), Lopes (1999; 2001; 2004; 2019), Lyons (1979), Pohlmann-Bulla (2009; 2013), entre outros. A questão que motiva este trabalho é a razão pela qual os pronomes aparecem mais tardiamente nas produções infantis sendo evidente a facilidade fonética. A metodologia foi constituída com base na análise de dados naturalísticos de duas crianças e foi apoiada em categorias elencadas para o estudo, incluindo itens recorrentes nas produções: o uso do sujeito nulo e da expressão referencial, que podem substituir a forma pronominal. Além disso, os dados da fala dos adultos dirigida às crianças também foram analisados, a fim de averiguar o input da criança. Com isso, foi verificado que a aquisição pronominal perpassa por estágios, como postulado por Lopes (2004) sobre a aquisição do traço de número. Consoante a isso, consideramos que há a ativação do valor default, que corresponde ao sujeito nulo ou à expressão referencial acompanhada de verbo flexionado na terceira pessoa, seguindo da oscilação entre o uso da forma pronominal e estratégias substitutivas, e, por fim, ocorre a marcação do parâmetro, tal como é o valor da língua em aquisição.

**Palavras-chave:** Aquisição de linguagem. Pronomes. Primeira pessoa.

## ABSTRACT

OPOLINSKI, Poliana F. Acquisition of first-person subject pronouns in Brazilian Portuguese. TCC (Curso de Licenciatura em Letras Português), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

This paper finds itself within syntax studies about language acquisition, specifically on the category of first-person subject pronouns from the nominative case. The studies are based on the Generativism Grammar, evoking the assumptions this theory presents and also connecting the continuist hypothesis. References as Grolla (2006), Grolla and Figueiredo Silva (2014), Kato (1999; 2001), Lopes (1999; 2001; 2004; 2019), Lyons (1979), Pohlmann-Bulla (2009; 2013), were used, among others. The proposition that propels this research involves the reason why pronouns appear later on language productions, even when its usability and phonetics are considered more common and easier. The methodology was constituted by the data analysis of two children and it's been supported in categories selected by this study, including items commonly used in productions: as the usage of null subjects, and of referential expressions, which substitute pronominal form. Consonant to that, the speech used by adults towards the children was also analyzed, to fully examine the input usage. As a result of this research, it was verified that pronouns acquisition perpasses throughout stages, as brought by Lopes (2004) on the grammatical number feature acquisition. First of all, there's activation of the default value, that corresponds to the null subject or the referential expression, accompanied by the verb conjugated on the third person, followed by oscillation between the usage of pronominal form and their substitutes strategies, and, lastly, the parameters marcation occur, as it happens with the language value being acquired.

**Keywords:** Language acquisition; Pronouns; First-person subject.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisa quantitativa de dados em número absoluto da fala da criança	33
Tabela 2 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala da criança (Gabriela) .....	34
Tabela 3 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala da criança quanto à presença verbal (Ana Clara).....	34
Tabela 4 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala da criança quanto à presença verbal (Gabriela) .....	35
Tabela 5 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala do adulto dirigida à criança (Ana Clara) .....	57
Tabela 6 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala do adulto dirigida à criança (Gabriela) .....	57

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A AQUISIÇÃO DOS PRONOMES PELA ÓTICA GERATIVISTA.....</b>	<b>14</b>
2.1	A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM PELA GRAMÁTICA GERATIVA .....	14
2.2	A ESCOLHA PELA HIPÓTESE CONTINUÍSTA .....	18
2.2.1	Maturacionismo .....	19
2.2.2	Continuísmo .....	20
2.3	A AQUISIÇÃO DA SINTAXE.....	21
2.4	A AQUISIÇÃO PRONOMINAL.....	23
2.4.1	Os Pronomes.....	23
2.4.2	Expressão Referencial.....	29
2.4.3	Sujeito Nulo .....	30
2.5	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	31
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS DAS CRIANÇAS .....</b>	<b>32</b>
3.1	PRIMEIRO RECORTE TEMPORAL (1:10).....	35
3.1.1	Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Singular .....	35
3.1.2	Sujeito Nulo com Traço de Primeira Pessoa no Verbo.....	36
3.1.3	Sujeito Nulo sem Traço de Primeira Pessoa no Verbo.....	37
3.1.4	Considerações Gerais .....	39
3.2	SEGUNDO RECORTE TEMPORAL (2:01).....	39
3.2.1	Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Singular .....	40
3.2.2	Sujeito Nulo sem Traço de Primeira Pessoa no Verbo.....	41
3.2.3	Sujeito Nulo com Traço de Primeira Pessoa no Verbo.....	43
3.2.4	Expressão Referencial.....	45
3.2.5	Considerações Gerais .....	47
3.3	TERCEIRO RECORTE TEMPORAL (2:03) .....	47
3.3.1	Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Singular .....	47
3.3.2	Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Plural .....	50
3.3.3	Sujeito Nulo com Traço de Primeira Pessoa no Verbo.....	51
3.3.4	Sujeito Nulo sem Traço de Primeira Pessoa no Verbo.....	53
3.3.5	Expressão Referencial.....	54
3.3.6	3.3.6 Considerações Gerais .....	55
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS DOS ADULTOS .....</b>	<b>57</b>
4.1	PRONOMES PESSOAIS RETOS DE PRIMEIRA PESSOA.....	58
4.2	EXPRESSÃO REFERENCIAL .....	60
4.3	SUJEITO NULO .....	61

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Dentro dos estudos linguísticos, correntemente surgem questionamentos acerca de como a aquisição de linguagem ocorre. Esse processo, além de curioso, revela aspectos linguísticos de grande valor. Dentre eles, chamam a atenção três características: a universalidade da aquisição da linguagem, já que toda criança adquire ao menos uma língua e ainda de forma natural; a uniformidade, que condiz com a similaridade quanto às etapas pelas quais toda criança passa; e, ainda, a rapidez com que ocorre. Evidentemente, na aquisição de linguagem ocorrem etapas pelas quais toda criança que está nesse processo perpassa, e uma delas é a aquisição pronominal, tema central desse trabalho.

A escolha por esse tema se deve ao fato de os pronomes apresentarem facilidade fonética e uso corriqueiro, no entanto, percebe-se que seu aparecimento é posterior a outros elementos, como verbos e nomes. Essa capacidade de referenciação de coisas e seres do mundo por uma palavra que não seja o próprio nome, mas por um item equivalente, um pronome, revela-se como uma grande preciosidade desse estágio da aquisição. Por essa classe ser ampla e diversa, o recorte estabelecido neste trabalho se restringe aos pronomes pessoais retos de primeira pessoa. Em relação à sintaxe, a análise se limitará aos pronomes em posição de sujeito, o que condiz ao caso nominativo em português.

Diante do posto, o objetivo geral desta monografia é analisar a aquisição dos pronomes pessoais retos de primeira pessoa. Os objetivos específicos são os quatro seguintes. O primeiro é compreender como a aquisição da linguagem é explicada pela gramática gerativa. Depois, pretende-se elucidar a função dos pronomes e observar as propriedades que essa etapa da aquisição possui de exclusivo. Ainda, busca-se analisar os dados infantis que não apresentam o uso pronominal, mas se observa contexto que seu uso seria possível, como os casos de manifestação de um referente nominal ou sujeito nulo de primeira pessoa, indicado pela flexão verbal, que traz traços de número e pessoa. Por fim, objetiva-se, especificamente, examinar a linguagem infantil comparada à linguagem adulta, notando o que esta segunda apresenta de particularidade quando se dirige à criança a fim de compreender melhor o input recebido pela criança.

O gerativismo, pressuposto teórico escolhido, assegura o caráter inato presente na aquisição da linguagem, pois a imitação não é o suficiente para explicar frases inéditas que são emitidas pelo indivíduo em processo de obtenção da língua. No caso dos pronomes, a impossibilidade de imitação é também bastante evidente, dadas as suas propriedades singulares que possuem - entre elas, é destacável a noção de dêixis, a ausência de um referente fixo, a inversibilidade e a constituição do sintagma número e pessoa. O cunho inatista do gerativismo é explicado pelo mecanismo inato para a aquisição, que é a Faculdade da Linguagem. Esta é composta, em um momento inicial, pela Gramática Universal, a qual corresponde a um dispositivo criativo. Dessa forma, associa-se à capacidade “gerativa” da língua, que valida a nomeação da teoria. A Gramática Universal, por sua vez, é composta por princípios - características linguísticas iguais a todas as línguas - e parâmetros - marcados com o tempo conforme características específicas de cada língua. Sobre a marcação dos parâmetros, a vertente gerativa se desmembra em duas teorias na explicação quanto aos estágios da aquisição, que são a teoria maturacionista e a continuísta. A escolha de uma delas será evidenciada na seção correspondente, justificando o porquê da eleição.

A metodologia desta pesquisa se estabelece como *descritiva e explicativa*, em que o procedimento é pelo *estudo de caso* através da *interpretação e comparação de dados*. Os dados se referem às produções naturais de duas crianças, em idades entre um ano e dez meses e dois anos e três meses<sup>1</sup>, uma vez que nessas idades são vistas as primeiras emissões pronominais, inéditas em estágios anteriores. Como organização das informações, foram criadas categorias de análise tanto das produções infantis, quanto das falas dos adultos dirigidas às crianças.

A estrutura desta monografia se constituirá da seguinte maneira: primeiramente haverá a fundamentação teórica sobre a aquisição da linguagem na abordagem gerativista seguida da justificativa de escolha do viés continuísta e, logo após, questões mais específicas da aquisição da sintaxe e da aquisição dos pronomes. Serão apresentadas algumas pesquisas já realizadas sobre o assunto, como Kato (2001), Lopes (2004), Magalhães (2007a; 2007b) e Martins (2007). Na

---

<sup>1</sup> As transcrições de dados naturalísticos foram cedidas pela professora Dra. Ruth Lopes/ Unicamp. Os arquivos pertencem ao CEAAL/PUC-RS e ao Banco de Dados do Projeto de Aquisição da Unicamp.

sequência, encontram-se os dados obtidos a partir da pesquisa no corpus e a análise construída, separada por três recortes temporais, comparando com as pesquisas anteriormente citadas. A análise dos dados está em seções distintas para organizar separadamente as produções das crianças e dos adultos. Por fim, as conclusões são apresentadas, retomando os objetivos e trazendo novas questões que surgiram ao longo deste trabalho.

## 2 A AQUISIÇÃO DOS PRONOMES PELA ÓTICA GERATIVISTA

Neste capítulo do trabalho, trataremos inicialmente das principais concepções da gramática gerativa quanto à aquisição da linguagem. Depois, estão as considerações que caracterizam as teorias maturacionista e continuísta juntamente com a justificativa da escolha realizada para esse trabalho. Em seguida, encontra-se uma breve exposição especificamente sobre a aquisição da sintaxe. Por fim, consta a fundamentação teórica no que se refere à aquisição pronominal.

### 2.1 A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM PELA GRAMÁTICA GERATIVA

Quando a trama é a aquisição de linguagem, sempre ronda-se a curiosidade acerca desse processo, já que não é exigido nenhum esforço da criança e nem mesmo há um ensino explícito. Grolla (2006) e Grolla e Figueiredo Silva (2014) destacam três particularidades da linguagem que tendem caracterizar esse processo de aquisição, são eles: a universalidade, a uniformidade e a rapidez.

A primeira propriedade, a universalidade, nos lembra que a aquisição de ao menos uma língua - seja oral ou manual - por uma criança neurotípica exige apenas o contato entre a criança com um língua, independentemente de qual cultura a criança está inserida. Também é universal pois ocorre de forma semelhante com todas as crianças e, inclusive, translinguisticamente, ou seja, numa comparação entre línguas distintas vemos que o processo de aquisição se assemelha em diversos aspectos. Uma observação a respeito disso é que quando se afirma que o processo de aquisição de linguagem é igual a todas as crianças, isto diz respeito aos estágios de aquisição e não às idades, já que essas tendem a oscilar de criança para criança.

A segunda propriedade citada, a uniformidade, está atrelada ao fato de que mesmo com inputs distintos, o processo de aquisição perpassa pelo mesmo processo em todas as línguas. Como há grande diversidade cultural, muitas são as variantes do input, desde a relação entre adulto e criança - no quesito proximidade e interação - como até mesmo o nível de escolaridade e letramento da linguagem com a qual a criança possui contato. Ainda assim, quando olhamos para os estágios de aquisição, vemos que há algo em comum entre toda essa diversidade.

Conforme Grolla e Figueiredo Silva (2014), os primeiros meses de vida estão acompanhados do balbucio, demonstrando uma grande sensibilidade às propriedades e estruturas da língua. O balbucio não possui significado, inclusive, crianças surdas também realizam-no, o que comprova o estímulo interno do balbucio, e não externo. Aos dez meses o balbucio se restringe aos sons pertencentes à língua em aquisição. Há, nesse ponto, uma grande atenção a informações específicas da linguagem, como a prosódica. Por volta de um ano, a criança começa a emitir as suas primeiras palavrinhas, normalmente associadas a objetos comuns de seu cotidiano. Essas palavras possuem o valor de uma sentença completa, denominadas de holófrases. Quando chega a um ano e meio, a criança passa a combinar mais de uma palavra e também amplia o seu léxico num ritmo muito rápido. Também, realiza um único contorno entonacional, retirando a pausa entre as palavras e constituindo sentença. No estágio entre dois e três anos o vocabulário se amplia ainda mais e passa a usar itens gramaticais como pronomes e artigos. Além disso, é a fase de generalizações na concordância verbal, por exemplo, como a emissão “eu fazi” . A partir dos três anos, a criança passa a emitir sentenças com mais de uma oração, com preposições e em estruturas mais complexas.

Todo esse processo ocorre mesmo que consideremos, segundo Grolla e Figueiredo Silva (2014), que o input seja incompleto e degradado, uma vez que apresenta inúmeras imperfeições comuns à fala. A exemplo disso, pode-se destacar uma sentença incompleta, uma reconsideração na fala, um tropeço em alguma palavra e um barulho em meio à enunciação, todas situações comuns à nossa fala. Além disso, não é possível assegurar que a criança tenha contato com todas as estruturas linguísticas possíveis na língua, mas ainda assim, ser capaz, findado o processo de aquisição, de reconhecê-las como gramaticais ou não. Além do mais, os dados não são organizados pelos adultos para serem apresentados à criança, e não apresentam apenas as manifestações da língua que são adequadas ao estágio de compreensão da criança. É importante destacar que referente à aquisição de léxico, o input não é pobre. No que se refere à sintaxe, algumas informações linguísticas, como o sintagma nominal, são mostradas exaustivamente, enquanto outras construções linguísticas não são manifestas na mesma proporção. Mas em todas essas situações linguísticas, presentes consideravelmente ou não no input, o falante consegue, após seu período de aquisição da linguagem, formar sentenças



inteiramente novas por meio da intuição e, até mesmo, saber que há certas ordens de palavras que nunca ocorreriam na sua língua.

Por fim, é nítida a última propriedade destacada, a rapidez com a qual o processo de aquisição ocorre. Aos quatro anos de idade, a criança já apresenta o domínio da maior parte das estruturas linguísticas. Em contrapartida a esse saber linguístico, ainda é extremamente dependente para outras ações cotidianas.

Diante da apresentação dessas propriedades, é inevitável afirmar o teor inato presente na aquisição da linguagem. Através do argumento da pobreza de estímulo, conclui-se a presença de um conhecimento linguístico geneticamente determinado. Em outras palavras, mesmo com pobreza de estímulos linguísticos, a aquisição da linguagem ocorre por uma capacidade genética de aprender ao menos uma língua natural.

A respeito do argumento da pobreza de estímulo, Lopes (2019) aborda o Problema de Platão, que problematiza sobre como ocorre o aprendizado da criança sendo que o input nunca é completo. O fato é que, à medida que se estuda a aquisição da linguagem, mais é perceptível o quanto o processo é uniforme e universal. O que está em questão nas reflexões que rondam o Problema de Platão é justamente a experiência diversa. No caso da linguagem, por exemplo, para a sua aquisição é necessário ter contato com a língua que se aprende. Todavia, não é possível garantir que sejam apresentadas todas as estruturas sintáticas possíveis de uma determinada língua, dada a diversidade dos inputs e de estruturas, e é impossível explicar como a criança saberia quais as combinações impossíveis em uma determinada língua, já que ela nunca as ouviria. Mesmo assim, o processo de aquisição trilha um caminho similar em crianças distintas.

Lopes (2019), ao trazer o Problema de Platão, rememora a constituição interna e externa da língua, de forma que os estudos linguísticos não podem ser restritos aos dados externos. Nesse sentido, compreende-se que a linguagem interna está relacionada a um sistema capaz de gerar um conjunto infinito de expressões que são hierarquicamente organizadas, o que ocorre, segundo esta teoria, em todas as línguas. Isso é crucial para a compreensão nesse quesito, já que a abundância de informações não ajuda em nada a criança, sendo necessário o guia pela informação estrutural (LOPES, 2019).

Nesse sentido, mesmo sendo inato, o ambiente possui extrema importância para desenvolver o que é biologicamente determinado. Como também trazido por

Grolla e Figueiredo Silva (2014), a língua é caracterizada como intensional e extensional, ou seja, interna e externa, respectivamente. O input corresponde a essa manifestação externa da língua, enquanto o interno condiz à competência inata do sujeito em adquirir linguagem. Com isso, nota-se a importância do input para colocar em marcha o processo de aquisição que é geneticamente determinado.

Retornando à noção do inatismo, Kato (1999) aponta que todas as perspectivas de aquisição da linguagem são de alguma forma inatistas, e a diferença entre elas consiste no que é inato. Diante disso, conclui-se que no gerativismo a matéria inata corresponde justamente a um módulo especializado em linguagem que temos na mente.

Esse teor inato se justifica pela existência de um dispositivo de aquisição da linguagem comum a toda criança, denominado de Faculdade da Linguagem, que pode ser comparado a um órgão - ainda que não seja. Essa ideia gerativista corresponde à afirmação de que há um dispositivo independente para a linguagem e que esse é altamente criativo.

Conforme destacado por Quadros (2007), é através desse dispositivo criativo que vem a capacidade do ser humano em formar infinitas possibilidades, mesmo que estejam disponíveis apenas um conjunto de regras. Assim, a capacidade “gerativa” da língua provém da capacidade inata da linguagem de utilizar processos como o da recursividade e da produtividade, típicos de qualquer língua natural. E assim sendo, a linguagem não pode ser compreendida como mera habilidade, já que o uso criativo vai além da realização de analogias. Embora outras teorias garantam que a produção de novas sentenças ocorra por um processo de analogias, tal explicação não é suficiente para a gramática gerativa, já que se refere a uma capacidade própria do ser humano em utilizar a linguagem cotidianamente, em conformidade com propriedades específicas, sem estímulos e adequada contextualmente (QUADROS, 2007).

Na Faculdade da Linguagem, encontra-se a Gramática Universal (GU), que “é caracterizada como **a soma dos princípios linguísticos** geneticamente determinados, específicos à espécie humana e uniformes através da espécie” (GROLLA, 2006, p. 26, grifo nosso). Dessa forma, a explicação de como a criança adquire uma língua era até então um sistema baseado em regras e é substituído pela teoria de princípios e parâmetros, em que os princípios estão na GU, conforme

dado por Grolla (2006). Sem esses princípios, uma língua não pode existir (MIOTO, 1995).

Os princípios são rígidos e invariáveis em toda língua, e isso pode revelar uma grande semelhança entre as línguas. Já os parâmetros são abertos e necessitam do valor particular da língua que está sendo adquirida. Nesse sentido, a aquisição da linguagem se estabelece na valoração dos parâmetros, uma vez que os princípios são fixos e os parâmetros são bivalentes, exigindo um valor. Ilustrativamente, os parâmetros são comumente comparados a um interruptor. Em um mesmo parâmetro idealmente são fixados vários elementos da língua, senão, a aquisição seria uma eterna valoração dos parâmetros. Por exemplo, ao marcar o parâmetro do sujeito nulo como positivo ou negativo, temos a admissão ou não da inversão do sujeito, pois essas propriedades estão fortemente relacionadas.

Todavia, não pode-se diminuir a aquisição de linguagem a mera marcação de parâmetros, pois assim há uma simplificação desmedida do processo. A fim de explicar o que ocorre entre o estágio inicial da Faculdade da Linguagem, que é a Gramática Universal (GROLLA, FIGUEIREDO SILVA, 2014), até a finalização do processo de aquisição, há duas ramificações teóricas partindo do gerativismo (GROLLA, FIGUEIREDO SILVA, 2014).

A primeira teoria é o maturacionismo, pela qual é postulado que a criança não tem acesso a todos os princípios da Gramática Universal. A restrição dos princípios é determinada pela própria GU. A segunda vertente é o continuísmo, na qual os princípios já estão disponíveis para a criança e a restrição está na própria gramática. Embora os princípios estejam disponíveis desde o início, é necessário que se tornem operativos através de desencadeadores lexicais e palavras funcionais. Partindo disso, na sequência encontra-se uma maior explicação sobre essas vertentes e qual foi escolhida a fim de subsidiar a fundamentação teórica deste trabalho.

## 2.2 A ESCOLHA PELA HIPÓTESE CONTINUÍSTA

Partindo do que já foi posto, tornou-se evidente que a aquisição da linguagem é um processo constituído pela decorrência no desenvolvimento de estágios. Acerca desse assunto, uma questão que ronda os estudos linguísticos é como a criança

perpassa pelos estágios, partindo de um estágio inicial até findar o processo aquisitivo, o que ocorre em torno de 5 anos.

Para responder essa indagação, fez-se necessário direcionar a observação ao input e, assim, investigar a relação que a criança estabelece com a experiência linguística à qual é exposta. Nesse sentido, retornamos ao Problema de Platão, abordado anteriormente, em que é proposto que a aquisição de conhecimento é maior se comparada ao que a experiência pode proporcionar. Essa diferença entre o conhecimento adquirido e o conhecimento propiciado pela experiência é justamente definido como o argumento da “pobreza de estímulo”.

Dessa maneira, para compreender tais questões, surgem duas linhagens originárias da gramática gerativa. As vertentes são chamadas de maturacionismo e continuísmo, as quais são eixo de estudo de Lopes (1999; 2001) e serão tocadas na sequência.

### 2.2.1 Maturacionismo

Como pressuposto central para a compreensão da teoria maturacionista, tem-se a noção de que os princípios não estão prontos na Gramática Universal, ou então, se estão prontos, as crianças não possuem acesso a eles. Dessa maneira, os princípios se tornam operativos gradativamente, conforme um calendário maturacional. O desenvolvimento linguístico é comparado a outros processos de desenvolvimento da criança, no entanto, é importante destacar que os princípios não são aprendidos, eles apenas emergem, já que são inatos.

Para o maturacionismo, as produções notadas no início do processo aquisitivo da criança podem fugir da gramática da língua que está sendo adquirida, como também podem não coincidir com nenhuma outra língua existente. Ainda, no início da aquisição da linguagem, vislumbra-se uma fase pré-sintática, em que o módulo pragmático da linguagem é focado e a criança não utiliza as subpartes da gramática adulta, começando pela aquisição de categorias lexicais (nomes e verbos) e apenas posteriormente de categorias funcionais. Assim, é instaurada uma hierarquia entre as categorias a fim de organizá-las no decorrer dos estágios e, essa ordem hierárquica reflete a ordem de desenvolvimento.

Partindo disso, é notável, como esmiuçado por Lopes (1999; 2001), algumas problemáticas quanto a esses pressupostos da teoria maturacionista. Entre os

problemas pode ser destacada a instauração do cronograma maturacional, o qual nem sempre corresponde, já que algumas crianças progredem pelos estágios e outras são “tudo ou nada”, ou seja, esperam a confirmação dos estágios para eclodir na aquisição. Além disso, a possível consideração do input como organizado é equivocada, já que contradiz com o que é proposto pelo gerativismo. Ainda, surge um problema “ovo-galinha”, dado que não se confirma se a criança precisa da categoria para lidar com os dados, ou então precisa dos dados para emergirem as categorias. Por fim, fica inexplicada a questão da restrição dos princípios, já que não estão todos disponíveis ou acessíveis no início do processo, e, a fim de tangenciar a necessidade da compreensão desse aspecto, é postulada a noção de default que manifesta um valor para cada parâmetro e, caso não corresponda ao valor da língua em aquisição, é inibido.

### 2.2.2 Continuísmo

Já na vertente continuísta, as produções das crianças no início da aquisição que fogem da gramática alvo são concebidas partindo da concepção que não ferirão à Gramática Universal. Assim, se não são possíveis em uma língua, são em outra. Numa hipótese forte, acredita-se que as produções não ferem nem os princípios nem os parâmetros da língua que está sendo adquirida. Numa hipótese fraca, crê-se que a criança pode produzir sentenças marginais ou agramaticais na língua alvo, no entanto, mesmo assim não será ferida a GU, pois se trata de uma possibilidade das línguas naturais.

O continuísmo evidencia fortemente a semelhança que a gramática infantil manifesta comparada à gramática adulta da língua que está sendo adquirida. Essa concepção é denominada de hipótese da “competência plena”. E, se há essa grande semelhança e aproximação entre as gramáticas infantil e alvo, o processo da aquisição consiste numa dificuldade quanto à performance, ou seja, o processamento que é limitado. Sendo a limitação na performance, fatores como a ampliação da memória, do léxico e da capacidade de processamento são itens que explicam o desenvolvimento da gramática infantil. Nesse sentido, o pressuposto inatista é levado muito a sério por essa vertente, e, segundo Lopes (1999) reflete com mais domínio o Problema de Platão.

Aqui, a Faculdade da Linguagem é inalterada qualitativamente, uma vez que os princípios estão disponíveis desde o início da aquisição. E, dessa forma, diferentemente do maturacionismo, não é necessário um mecanismo para ordenar os estágios. Isso garante a uniformidade observada no processo de aquisição.

Com a presença dos princípios desde de o primeiro momento, compreende-se que a Gramática Universal não se altera ao longo do curso aquisitivo. Isso está fortemente atrelado à consideração chomskyana de que o processo de aquisição é instantâneo. Em consonância a isso, está a posição de Kato (2001) de que a aquisição da sintaxe é instantânea, necessitando apenas do tempo para que a criança se exponha ao input desencadeador.

Com isso posto, há aparentemente maior acordo entre o gerativismo e a teoria continuísta, justamente por assegurar mais fortemente o teor inato da linguagem. Além disso, como será visto nos dados, as produções infantis podem ser consideradas marginais à língua adquirida, mas em todo caso, não ferem a GU. Nisso, percebe-se justamente a semelhança entre a gramática infantil e a adulta proposta pela teoria. Ainda, a hipótese continuísta pode trazer uma explicação para o fato dos pronomes não serem produzidos desde as primeiras palavras da criança, mesmo sendo de uso corriqueiro e de fácil pronúncia, ao incluir a questão de outros fatores como o processamento, visto que, nos pronomes, um aspecto crucial é a inversibilidade (será vista posteriormente).

### 2.3 A AQUISIÇÃO DA SINTAXE

O processo de aquisição de linguagem de um falante não é estabelecido simplesmente pela ampliação lexical. Em outras palavras, a aquisição de linguagem não é puramente a aquisição de palavras. Além de a criança adquirir vocabulário, é substancial que saiba organizar as palavras por meio de estruturas gramaticais. A organização dessas estruturas gramaticais, como já visto, se relaciona com universais linguísticos - princípios - contudo, necessitam ser valorados - parâmetros - conforme as particularidades de cada língua. Dessa forma, o processo de aquisição inclui propriedades sintáticas e, assim, nota-se que a aquisição de linguagem associa processos distintos, como elementos morfológicos e sintáticos, mas que ocorrem concomitantemente.

Consoante com o que foi trazido por Lopes (2019) quanto ao Problema de Platão, em que a abundância informacional não necessariamente colabora com a aquisição, percebe-se a extrema importância do estabelecimento estrutural e, conseqüentemente, a relevância da aquisição sintática. Quando a criança adquire um item lexical, seja ele qual for, é necessário que saiba em qual posição da sentença utilizá-lo, ou seja, sua função.

A aquisição sintática está intrínseca nos estágios da aquisição da linguagem. Inicialmente, é factível a realização de sentenças com apenas uma palavra, denominadas de holófrases. Embora possuam apenas um item lexical, emitem um sentido completo.

Adiante, na evolução gradativa da criança em aquisição, nota-se que após as holófrases despontam sentenças combinando sujeito e verbo, ou verbo e objeto, até que a sentença seja emitida integralmente, com sujeito, verbo e objeto. Depois, as sentenças são ainda incrementadas, inclusive com tag questions<sup>2</sup>. Após, atinge-se o estágio da utilização de duas sentenças que inicialmente não são relacionadas, todavia, conforme avanço linguístico são constituídas as ligações entre elas.

Diante do posto, é importante elucidar que este trabalho almeja o estudo da aquisição pronominal enquanto aspecto sintático; embora possa se assemelhar à aquisição de palavras, os pronomes possuem formas diferentes a depender de sua função sintática (eu/me/mim/comigo). Ainda assim, recorreremos aos aspectos morfológicos, como os traços de número e pessoa e a flexão verbal. Sobre isso, Costa e Grolla (2017) escrevem: “vemos, assim, que o conhecimento das propriedades dos pronomes passa também pelo conhecimento dos contextos sintáticos em que são possíveis e da influência desses contextos sintáticos em sua interpretação” (COSTA, GROLLA, 2017, p. 184).

A partir da noção de princípios e parâmetros em relação à aquisição pronominal, Costa e Grolla (2017) afirmam que todas as línguas possuem pronomes fortes, no entanto, nem todas possuem pronomes clíticos. Assim, verifica-se que a presença pronominal é universal, portanto, é um princípio. Ao mesmo tempo, o comportamento pronominal se difere a cada língua e essa variação corresponde ao estabelecimento dos parâmetros.

---

<sup>2</sup> São perguntas curtas, postas no final de uma sentença, para verificar alguma informação. Exemplo: Essas flores são lindas, não são?

Pela Teoria Temática, que explica as funções sintáticas na oração, os casos de uma sentença podem ser distintos em nominativo, acusativo e oblíquo. Os pronomes retos, que serão abordados na seção posterior, estão associados classicamente ao caso nominativo. Por sua vez, os pronomes retos comumente se referem ao sujeito da sentença e, apesar de pesquisas como Pena-Ferreira (2017) mostrarem o uso de pronomes retos em outras posições (isto porque o nominativo é considerado default em relação aos casos), este trabalho se limitará a analisá-los na posição de sujeito. Assim, resumindo, a análise se concentrará nos pronomes pessoais retos de primeira pessoa, do caso nominativo e em função de sujeito.

Em uma pesquisa de Pohlmann-Bulla (2013) é afirmado que a aquisição de flexão no português brasileiro é adquirida antes da classe pronominal. O dado que serviu de trampolim para essa constatação foi a corriqueira produção da criança se colocando em terceira pessoa quando falava de si própria. Com o tempo e interação, a criança adquire a configuração da língua e compreende a alternância entre os sujeitos eu-tu. Até que isso seja realizado, segundo Pohlmann-Bulla, temos um período pré-paramétrico em que o sujeito não é um sujeito argumental e, por isso, sempre é um pronome forte. Exemplificando: quando a criança utiliza o pronome como sujeito sem a flexão verbal no verbo, não é possível constatar que seja este um sujeito argumental, dada a ausência do traço de flexão e, logo, caso para o sujeito. Na sequência do processo aquisitivo, somente quando a criança emite o pronome em posição de sujeito acompanhado do verbo flexionado é que se tem a projeção IP e, assim, a posição argumental de sujeito pode ser ocupada, pondo em uso o caso nominativo.

## 2.4 A AQUISIÇÃO PRONOMINAL

Nessa subseção, estará presente a fundamentação teórica acerca dos pronomes como classe gramatical e das propriedades singulares que competem a ela. Também, estão contidas as estratégias que fogem da utilização pronominal, que é o uso do referencial em terceira pessoa e o sujeito nulo.

### 2.4.1 Os Pronomes



Os pronomes são utilizados no discurso como um recurso que evita a repetição de um referente que é facilmente identificável (COSTA, GROLLA, 2017). Pela semântica, as palavras possuem sentido e referência e essas propriedades se completam para o entendimento do significado. Cançado (2012) explica que a referência é a relação entre uma palavra e o objeto do mundo. Por sua vez, o sentido é associado ao conceito, é “o modo como uma expressão linguística nos apresenta a entidade que ela nomeia” (CANÇADO, 2012, p. 81).

Com isso posto, compreendem-se os pronomes como elementos que possuem o sentido fixo, ao passo que a referência é negociável, necessitando do contexto para estabelecê-la. Por exemplo, o pronome “eu” tem o sentido fixo de primeira pessoa do singular, mas a referência se estabelece em cada situação linguística, sendo possível que o “eu” se identifique como José, Maria, etc.

Essa caracterização de sentido fixo e referente negociável compete aos elementos “dêiticos”. Segundo Lyons (1979), todo enunciado está ancorado a um tempo e um espaço, e justamente essa é a função dos elementos dêiticos, que exprimem essa relação espaço-temporal que é estabelecida situacionalmente. Os pronomes são um dos exemplos dessa categoria dêitica.

Acerca da aquisição pronominal, descreve-se que usualmente a criança utiliza inicialmente o nome próprio ou outros referentes ao invés do pronome (KATO, 2001). Com essa informação, é notável que a aquisição de nomes é uma fase anterior à aquisição pronominal e, por isso, a criança utiliza-os manipulando aquilo que já tem de conhecimento linguístico adquirido.

Um questionamento que norteou os estudos de Kato (2001) era como a criança realizava a distinção entre nomes próprios (usados para um indivíduo específico) e nomes comuns (usados para exemplares de um tipo). A autora responde à indagação ao perceber que desde muito cedo no processo de aquisição a criança tem a capacidade de distingui-los. Além disso, ao levar em consideração que “os pronomes próprios [...] não funcionam apenas para isolar um indivíduo e sobre ele fazer uma asserção ou pergunta, mas funcionam sobretudo como forma de tratamento” (KATO, 2001, p. 104), Kato (2001) propõe que a distinção de nomes próprios e comuns é pré-requisito para a aquisição da gramática sintagmática e, dessa forma, fica evidente a importância do estudo dos nomes para a compreensão dos pronomes. Volteremos a falar sobre este estudo.

Inicialmente, no processo de aquisição a criança apresenta um sistema unipessoal, em que não há o uso distintivo das pessoas do discurso. Nesse momento, referentes como “papai”, “mamãe”, “neném” e entre outros são muito utilizados e devem ser compreendidos como formas de tratamento. Esses possuem sempre um referente fixo e, por isso, justifica-se a utilização.

Vejamos que propriedades estão relacionadas à aquisição de um pronome. No que se refere à classificação dos pronomes, é notória em grande parte das gramáticas, das escolares até às de alta complexidade, a distinção entre pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e indefinidos. Essa catalogação está associada estreitamente à noção de nome (pro-nome), mas de forma geral estas gramáticas carecem de uma definição de nome. Se considerarmos que nome é apenas substantivo, apenas os pronomes pessoais e demonstrativos seriam considerados pronomes; caso a concepção de nome seja estabelecida como substantivo e adjetivo, a classe pronominal se estende aos pessoais, possessivos, demonstrativos e indefinidos.

Como ordinariamente é visto nas mais variadas gramáticas, os pronomes pessoais são distintos em primeira, segunda e terceira pessoa e ainda em combinação com singular e plural. Portanto, é substancial o entendimento dos traços de número e pessoa. No que concerne a isso, Martins (2007) confirma que os traços são responsáveis pela identidade da língua e indicam quais informações gramaticais são relevantes. Por essa razão, a aquisição de traços tem vasta importância na aquisição da linguagem. Os traços, segundo a mesma autora, podem ser distinguidos entre intrínsecos e opcionais. No caso dos pronomes pessoais, os traços estão intrínsecos, já que não há maneira de utilizar o pronome pessoal sem manifestar a pessoa do discurso, diferentemente dos verbos, nos quais nem sempre é visível o traço de pessoa morfofonologicamente (a exemplo disso, está a terceira pessoa, em que o traço não é visível: ele quer $\emptyset$ ).

Quando a primeira pessoa do singular é utilizada, o traço de número e pessoa aparece explicitamente tanto no pronome quanto no verbo (ex: eu quero). O mesmo ocorre com a articulação da primeira pessoa do plural quando utilizado o termo “nós”. No entanto, quando utilizado a expressão “a gente” para se referir à primeira pessoa do plural, a concordância verbal ocorre pela terceira pessoa do singular (ex: a gente quer $\emptyset$ ) e, nesse caso, os traços de número e pessoa não são visíveis morfofonologicamente. Ainda em relação à manifestação dos traços, ao

utilizar um pronome, diversos traços são acionados. Martins (2007) traz o exemplo do pronome “eu”, pelo qual é mobilizado os seguintes traços: [+1ª pessoa, +singular, +participante, +locutor].

Na ocorrência da associação de traços que, no caso dos pronomes pessoais em primeira pessoa verifica-se a combinação de número e pessoa, os traços tornam-se um item lexical. Por sua vez, a ativação dos traços formais, ou seja, o uso dos mesmos, dependem do estabelecimento das relações sintáticas, como a concordância, por exemplo. Esses traços são elementos integrantes sintaticamente de itens lexicais e, quando combinados, executam a recursividade da língua (CORRÊA; NAME; FERRARI-NETO, 2004).

No que concerne ao traço de pessoa, verifica-se que há mais proximidade entre a primeira e a segunda pessoa em comparação com a terceira pessoa. Isso porque a terceira pessoa não precisa estar presente na situação e nem ser identificada, inclusive pode ser um ser humano ou não, animado ou não. Dessa forma, a primeira e a segunda pessoa são definidas, ao passo que a terceira nem sempre é. Além disso, a primeira e segunda pessoa marcam a categoria de pessoa, já na terceira é como se houvesse a ausência de marcador.

Relativamente à primeira pessoa, que é destacada neste trabalho, a primeira pessoa do singular pode ser compreendida por um processo de auto-referência, denominado de dêixis intrínseca. Quanto à primeira pessoa do plural, não coincide com uma primeira pessoa genuína, concebida por eu + eu. O pronome “nós” ou “a gente” se refere a um falante com um ou mais receptores.

Kato (2001) destaca que, quando a criança adquire o traço de pessoa e passa do sistema unipessoal para o pluripessoal, as manifestações tendem a ser de sujeito nulo até que o parâmetro de sujeito nulo seja estabelecido. Assim, é necessário, segundo Kato (2001) e Pohlmann-Bulla (2009), que a criança marque o valor quanto a configuração da língua, sendo a marcação [+pro-dop] para as línguas pluripessoais e [-pro-dop] para as línguas unipessoais<sup>3</sup>. Além disso, a utilização do sujeito nulo pode ser justificada, segundo Martins (2007), pela consideração do sujeito nulo como default até que o padrão seja marcado conforme a língua adquirida.

---

<sup>3</sup> Na línguas unipessoais, os pronomes são considerados nomes, ou seja, formas de tratamento (KATO, 2001).

Após essa elucidação sobre o traço de pessoa, uma outra especialidade dos pronomes deve ser destacada, a inversibilidade. A situação é sempre egocêntrica (LYONS, 1979), ou seja, sempre voltada para si, para o “eu”. Por exemplo, sempre a segunda pessoa é definida por uma referência que a primeira pessoa estabelece em relação a ela (MARTINS, 2007). Com os pronomes ocorre a inversibilidade, isto é, na linguagem o falante altera-se para participante e assim muda-se o centro. Essa é uma habilidade que eclode na aquisição dos pronomes e, dessa forma, ainda não está estabelecida. Correspondente a isso, Quadros (2007) cita Scliar-Cabral (1977):

Verifica-se, pois, que nas primeiras fases de aquisição da linguagem, por limites cognitivos e lingüísticos, a criança tem muita dificuldade de lidar com a 1ª e 2ª pessoas do discurso pelo fato de elas não apresentarem uma referência autônoma e idêntica e em virtude da inversibilidade (shifting). Em consequência, a criança utiliza uma 3ª pessoa não marcada, com ausência de oposição entre a 1ª pessoa do discurso e a referência (QUADROS, 2007, p. 43 apud Scliar-Cabral, 1977b, s/p).

A respeito do traço de número, Lopes (2004) realizou uma pesquisa sobre seu uso em DP's de forma geral - e suas contribuições podem ser relacionadas ao traço de número da classe dos pronomes. A autora parte seus estudos com a hipótese de que o processo de aquisição do traço de número se constitui em três estágios, sendo o primeiro deles a consideração do singular como default; o segundo é a distinção entre singular e plural, todavia, com possibilidades de realizações agramaticais; e o terceiro condiz à marcação paramétrica do traço de número em conformidade com a língua que está sendo adquirida.

Nesse momento, é importante elucidar sobre a noção de default. É postulado que a Gramática Universal já possui um valor paramétrico marcado inicialmente, que seria default, e que pode ser remarcado posteriormente ou não conforme os valores dos parâmetros da língua que está sendo adquirida pela criança.

Assim sendo, transpondo essas alegações ao traço de número dos pronomes, é esperada a grande possibilidade do singular default, em que não aparecerá o traço de número nem no pronome, nem no verbo, já que ainda está sendo adquirido. Dessa maneira, para escapar do uso pronominal que exige o traço de número, é esperado que se encontrem verbos no infinitivo e/ ou correspondentes à terceira pessoa com utilização simultânea de um referente nominal, conforme apontado por Kato (2001).

Já quando ocorre o aparecimento pronominal, as observações de Lopes nos fazem pensar que é esperado que inicialmente os pronomes apareçam no singular, e em seguida sejam discernidos em singular e plural com possibilidades agramaticais e, por fim, a correspondência paramétrica da língua sendo adquirida. No caso do português brasileiro, é a separação de singular e plural em que há três pessoas distintas para cada um deles.

Ainda quanto ao número, uma pesquisa de Corrêa, Name e Ferrari-Neto (2004) afirma que, para a aquisição desse traço, é necessário que a criança esteja atenta ao DP, de modo que assim identificará o número na língua em questão. Uma característica constituinte do traço de número é que não é determinado no léxico, sendo um traço opcional. Em outras palavras, é parte da intenção do falante, diferentemente do traço de gênero que sempre está marcado pela constituição morfológica do léxico. Esse fato desenrola uma maior dificuldade na aquisição de número, pois não é intrínseco à palavra.

Prosseguindo quanto à classificação dos pronomes, tanto Kato (2001) como Costa e Grolla (2017) distinguem os pronomes em fortes e fracos. Os pronomes fortes podem ser compreendidos como pronomes em contextos enfáticos. Essa distinção é pertinente a este trabalho já que os pronomes considerados fortes correspondem no português aos pronomes em caso nominativo, os quais serão salientados na análise. Kato (2001) aborda que quando o aparecimento do uso dos pronomes se inicia, costumeiramente aparecem no caso nominativo - forte - e em posição de destaque, ou seja, como sujeito. Isso tem grande significado para essa pesquisa, já que é justamente o seu tema central.

Para Kato (2001), os pronomes aparecem primeiramente na forma forte, e assim defende-se que os pronomes fortes - caso nominativo - são default em português. Correspondendo à afirmação de Lyons (1979) em que há, na verdade, a ausência de marcador de pessoa na terceira pessoa, Martins (2007) estabelece que esse valor aparece anteriormente justamente pela ausência da marcação de pessoa. No que diz respeito especificamente ao traço de pessoa nas formas pronominais, Lyons (1979) afirma a dominância da primeira pessoa, ou seja, a sua aparição anterior às demais pessoas do discurso. Já em relação ao traço de número, Martins (2007) afirma que o singular é default comparado ao plural. Embora todas essas proposições correspondam a defaults, se questionado qual manifesta-se primeiramente, Martins (2007) cita Noyer (1992) para ordenar o traço de pessoa

emitido primeiramente, logo o de número e, por fim, o de gênero (exclusivo à terceira pessoa). Tais afirmações poderão ser correspondidas pelos dados na seção concernente à análise.

Uma peculiaridade quanto ao que foi dito acima é que a terceira pessoa é vista como default na flexão verbal (MARTINS, 2007), logo que é compreendida como a ausência na marcação do traço de pessoa. Dessa maneira, quando ocorrem as flexões verbais que condizem com a terceira pessoa do singular, deve ser entendido como a ausência pessoa, pois ainda não está em uso o traço de pessoa. Nessas produções, em que ainda não há traço de pessoa na flexão verbal, percebe-se que não há projeção para a posição de sujeito (POHLMANN-BULLA, 2013). Nesse sentido, sempre que os verbos estão acompanhados de um nome, este pode ser entendido como forma de tratamento, e não como preenchimento do sujeito. A posição de sujeito só será considerada preenchida quando a desinência número-pessoa aparecer também no verbo, porque, como afirmado por Pohlmann-Bulla (2013), a flexão verbal é adquirida anteriormente à forma pronominal.

Com isso posto, não há contradição em garantir que nas formas pronominais o valor default do traço de pessoa condiz com a primeira pessoa. E, consoante ao que foi posto anteriormente, caso não haja a marcação número-pessoa no verbo, o pronome, se utilizado, ainda não ocupará a posição de sujeito. Ao invés disso, fará a mesma função de um nome enquanto forma de tratamento (POHLMANN-BULLA, 2013).

#### 2.4.2 Expressão Referencial

Vimos anteriormente a possibilidade de utilização de um referente para substituir a colocação do pronome na sentença. Nesses casos, comumente, a flexão verbal é correspondente à terceira pessoa. Quando a criança faz o uso de nomes ao invés do pronome, estes podem ser considerados como formas de tratamento, como ocorre em “a mamãe”, “o papai”, “o neném”, “o auau”. Sobre esse tópico, Martins (2007) destaca que a utilização de um nome próprio não requer distinção entre as pessoas do discurso, já que um mesmo nome próprio pode se referir à primeira, segunda ou terceira pessoa.

Para explicar o aparecimento dos referentes encontrados comumente nas produções infantis, Kato (2001) volta-se à aquisição do traço de pessoa. Tanto para

Kato (2001) como para Magalhães (2007b), o sistema da criança no início da aquisição é unipessoal, tornando-se pluripessoal à medida do desenvolvimento, como dito anteriormente. Assim, já que a terceira pessoa possui a ausência da marcação do traço de pessoa (LYONS, 1979), o uso da terceira pessoa remete à noção de default, como defendido por Lyons (1979) e Martins (2007). Além disso, é importante salientar que a flexão de segunda e terceira pessoas - você e ele/ela, respectivamente - não se distingue. Dessa maneira, com a utilização referencial, a criança utiliza a flexão em terceira pessoa para se dirigir a todas as pessoas do discurso.

#### 2.4.3 Sujeito Nulo

Além dos itens acima citados, outra propriedade observável nas produções infantis é o sujeito nulo, discutido também por Magalhães (2007a; 2007b). É patente o aparecimento de sujeitos nulos nas falas das crianças no início do processo de aquisição e, sobre isso, Martins (2007) trata o sujeito nulo também como default. Já Magalhães (2007a) afirma que a utilização de sujeitos nulos é arbitrária, isto é, que não há regras para ser assim, nem sequer razões para ser diferente.

No tocante a isso, a pesquisa de Magalhães (2007b) mostra as situações em que o sujeito nulo ocorre, que por sua vez equivalem a sentenças com CP's preenchidos, a produções iguais à gramática adulta, a execução em respostas curtas ou em indeterminação do sujeito. Dessa maneira, espera-se que não haja largas discrepâncias com a gramática adulta. No entanto, configura-se como um importante dado para ser averiguado nas produções infantis.

No caso do português brasileiro, o sujeito nulo é seletivo. Isso se justifica pelo enfraquecimento flexional da língua com a perda da primeira pessoa do plural, em que "nós" foi modificado para "a gente"; também pela perda da terceira pessoa do plural "vós", cambiado por "vocês"; e ainda, pelo uso restrito da segunda pessoa do singular "tu", substituído por "você". Inclusive, nos dados há uma presença enfática do pronome "tu" pois condizem à região de Porto Alegre, cujo uso é incidente. Todas essas conjugações conferem à terceira pessoa, alterando apenas o número entre plural e singular.

Assim, pode-se entender que a relação entre sujeito e verbo é fraca no português brasileiro, como apontado por Martins (2007). Essa afirmação é

justificada pela disposição de três pessoas para o sujeito que se combinam com singular e plural; no entanto, a concordância verbal apresenta apenas a primeira e a terceira pessoa, ambas flexionadas em número.

Por essa razão, quanto ao sujeito nulo, a tendência é que conforme a aquisição do traço de pessoa se constitua, ocorra a diminuição dos casos de sujeitos nulos simultaneamente. E, assim, progressivamente a criança chega à gramática alvo do português brasileiro, que permite o sujeito nulo seletivamente.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A averiguação das ocorrências de referente em terceira pessoa e do sujeito nulo são cruciais para esse trabalho. Isso se deve ao fato de que se trata das ocasiões em que o uso pronominal não é posto e, portanto, apuram-se os caminhos que a criança realiza para manipular aquilo que já possui de conhecimento.

No caso da não utilização pronominal, percebemos a possibilidade de substituição por um referente nominal, que não ocorre sem explicações: é possibilitada pela ativação do estágio anterior adquirido, os nomes. Já a utilização de flexão terceira pessoa em verbos, com o referente nominal presente ou em sujeito nulo, deve-se à concepção dessa como default em relação às demais pessoas no traço da flexão verbal. O mesmo ocorre com os sujeitos nulos. Portanto, nota-se grandemente a execução de valores defaults nesse início do processo de aquisição. Teoricamente, o que ocorre em seguida é o processo de valoração dos parâmetros, e assim a gramática da criança atinge a gramática alvo, findando estágios do processo aquisitivo.



### 3 ANÁLISE DOS DADOS DAS CRIANÇAS

A seguir, será exibida a análise dos dados naturalísticos de duas crianças, Ana Clara e Gabriela, que interagem com as pesquisadoras Carla e Gil. As transcrições de dados naturalísticos, cedidos pela professora Dr. Ruth Lopes, pertencem ao CEAAL/PUC-RS e ao Banco de Dados do Projeto de Aquisição da Unicamp. As informações foram coletadas nos anos de 1999 e 2000, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Os arquivos contam com 6 transcrições da Gabriela e 7 transcrições da Ana Clara, entre a idade de um ano e oito meses até três anos e sete meses.

Para a pesquisa deste presente trabalho, foram escolhidas três idades das duas crianças: um ano e dez meses (1:10), dois anos e um mês (2:01) e dois anos e três meses (2:03). O recorte dessa idade se definiu a partir de uma averiguação dos dados, notando que em transcrições anteriores a essas elencadas não havia presença razoável de dados de pronomes pessoais em posição de sujeito, e nas idades posteriores já era possível constatar as categorias estabelecidas. Portanto, o recorte foi definido partindo da observação das primeiras ocorrências dessa forma pronominal até o preenchimento considerável dos itens extraídos para análise.

Nas manifestações das crianças foram verificadas as emissões de pronomes pessoais do caso reto em primeira pessoa, distinguindo-as em plural e singular. A contabilização da produção com referentes foi elencada como um item importante, já que nessa situação a criança está se referindo a ela mesma, no entanto, utilizando de expressões como “o neném”, “a Gabi”, “a Ana”. As emissões de sentenças com sujeito nulo foram verificadas nas produções infantis, sendo distintas em duas formas. A primeira delas é a produção de sujeitos nulos, mas com a marca de primeira pessoa no verbo, pela desinência de número-pessoa. E, além dessas, foi inserida a produção de sujeito nulo nas quais não há a marca de primeira pessoa no verbo, ou seja, não há concordância. Ambas as produções estão diferenciadas em singular e plural.

Faz-se necessário justificar qual a procedência em catalogar os dados por meio dessa divisão e não de outra. Primeiramente, é elencada a produção de pronomes pessoais retos em primeira pessoa, tema desta monografia. A separação em singular e plural foi realizada a fim de verificar quanto ao traço de número presente nos pronomes.

A substituição do uso pronominal pelo nome-referente é um item também a ser averiguado nas produções. Isso está congruente ao que Kato (2001) disserta acerca da distinção que a criança realiza desde cedo entre nomes próprios e nomes comuns. Além disso, a criança utiliza de um nome-referente para aludir às demais pessoas e também a si mesma, sendo que nessas segundas ocasiões, ela coloca-se em terceira pessoa. Dessa forma, trata-se de uma estratégia-escape do uso pronominal.

Além desses itens, a análise de sentenças em que o sujeito está nulo é relevante, uma vez que estão sendo averiguados os pronomes pessoais do caso nominativo, exclusivamente em posição de sujeito, como já mencionado. Assim sendo, faz-se necessário verificar as produções em que a posição analisada - sujeito - não está preenchida. Dessa maneira, atenta-se qual é a estratégia utilizada pela criança quando o sujeito está vazio, ou seja, quando não há o uso pronominal. Nas produções infantis, distinguimos quando há concordância e quando essa está ausente. Também, é basilar para verificar se a criança está realizando a concordância entre pronome e verbo.

Num primeiro momento, estão contidas as tabelas com as quantidades em número absoluto de dados referentes às produções das crianças. Somente num momento posterior serão averiguados os dados dos adultos.

**Tabela 1 - Pesquisa quantitativa de dados em número absoluto da fala da criança**

Idade da criança	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa singular	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa plural (nós/agente)	Uso de expressão referencial	Vazio - sujeito nulo com marca de primeira pessoa no verbo		Vazio - sujeito nulo sem marca de primeira pessoa no verbo	
				Singular	Plural	Singular	Plural
1;10	1	0	0	2	0	1	0
2;01	14	0	1	13	2	1	0
2;03	25	2	5	11	6	2	0

Fonte: elaboração própria

Tabela 2 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala da criança (Gabriela)

Idade da criança	Uso do pronome pessoal reto de primeira singular pessoa	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa plural (nós/a gente)	Uso de expressão referencial	Vazio - sujeito nulo com marca de primeira pessoa no verbo		Vazio - sujeito nulo sem marca de primeira pessoa no verbo	
				Singular	Plural	Singular	Plural
1;10	0	0	0	0	0	2	0
2;01	29	0	10	21	3	2	0
2;03	57	5	1	54	9	1	0

Fonte: elaboração própria

Nos dados que se referem ao uso pronominal, seja singular ou plural, e ao uso de expressão referencial, foram contabilizadas as produções que há o acompanhamento verbal como também aquelas em que o verbo está ausente. A fim de que a análise se desenvolva claramente, abaixo seguem as tabelas para distinguir essas produções:

Tabela 3 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala da criança quanto à presença verbal (Ana Clara)

	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa no singular		Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa no plural (nós/ a gente)		Uso de expressão referencial	
	Sem verbo flexionado	Com verbo flexionado	Sem verbo flexionado	Com verbo flexionado	Sem verbo flexionado <sup>4</sup>	Com verbo flexionado
1:10	0	1	0	0	0	0
2:01	1 <sup>5</sup>	13	0	0	1	0
2:03	1	24	0	2	4	1

Fonte: elaboração própria

<sup>4</sup> Há casos em que o verbo está ausente por não condizer com o caso nominativo.

<sup>5</sup> O verbo está ausente.

**Tabela 4 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala da criança quanto à presença verbal (Gabriela)**

	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa no singular		Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa no plural (nós/ a gente)		Uso de expressão referencial	
	Sem verbo flexionado	Com verbo flexionado	Sem verbo flexionado	Com verbo flexionado	Sem verbo flexionado <sup>6</sup>	Com verbo flexionado
<b>1:10</b>	0	0	0	0	0	0
<b>2:01</b>	1	28	0	0	10	0
<b>2:03</b>	4 <sup>7</sup>	54	0	5	1	0

Fonte: elaboração própria

A partir dos dados das tabelas, realizaremos a análise dos dados organizada conforme os recortes de idades.

### 3.1 PRIMEIRO RECORTE TEMPORAL (1:10)

Nessa subdivisão, serão destacados os elementos dessa pesquisa que despontam à frente na aquisição da linguagem. São eles: pronome pessoal do caso reto em primeira pessoa no singular, sentenças com sujeito vazio com marca de primeira pessoa no verbo e sujeito vazio sem marca de pessoa no verbo.

#### 3.1.1 Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Singular

Nos dados da Ana Clara, com a idade de 1:10 (um ano e dez meses), verifica-se já a presença de uma emissão de pronome pessoal reto em primeira pessoa no singular. A expressão está abaixo, em que a Ana Clara interage com a pesquisadora Gil:

(1)\*GIL: vamos dar café para o elefante?

\*ANA: eu também tenho.

<sup>6</sup> Há casos em que o verbo está ausente por não condizer com o caso nominativo.

<sup>7</sup> Entre essas produções, duas não são classificadas em agramaticais pois são verbos no infinitivo.

A ocorrência realiza-se exclusivamente no singular e, ainda, não é encontrada nenhuma produção no plural em ambas as crianças, nem mesmo nos verbos que se referem aos sujeitos nulos.

Podemos associar a esse dado a pesquisa de Lopes (2004), na qual foi analisada a aquisição do traço de número. Segundo os resultados de Lopes (2004), inicialmente a criança produz DP's exclusivamente no singular, dado que é um valor default. Somente secundariamente a criança realiza produções distintas entre singular e plural, até chegar às marcações de parâmetros conforme as especificidades da língua em aquisição.

Diante disso, justifica-se a manifestação dos dados da pesquisa presente serem unicamente no singular. E, dessa forma, espera-se encontrar manifestações singulares primeiramente, já que é default, e apenas na sequência deparar-se com as produções no plural.

Não somente o traço de número deve ser destacado já que, na formulação do pronome "eu" emitido, também consta o traço de pessoa. Em relação a isso, Lyons (1979) formula uma comparação, em que assim como o traço masculino é dominante em relação ao traço feminino, a primeira pessoa é dominante no traço de pessoa. Além disso, Pohlmann-Bulla (2013) assegura que, comparando às pessoas do discurso, a que emergirá primeiramente corresponde à primeira pessoa. Assim sendo, torna-se evidente a motivação da realização do pronome "eu" como um dado emergente, já que a desinência número e pessoa corresponde à primeira pessoa do singular.

Nos dados de Gabriela com 1:10, não foi encontrada nenhuma ocorrência desse uso.

### 3.1.2 Sujeito Nulo com Traço de Primeira Pessoa no Verbo

Os dados de Gabriela não trazem exemplos dessa categoria. Já nos dados da Ana Clara, ainda na idade de 1:10, são encontradas duas expressões de sentenças com sujeito vazio em que a marcação de primeira pessoa está no verbo. Os exemplos estão transcritos abaixo:

(2)\*MAE: ah, é o outro Banana?

\*ANA: o(u)t(r)o Banana # não achei.

(3)\*GIL: onde tá a menininha?

\*ANA: não se [/] sei.

Inicialmente esses dados aparentam ser um tanto quanto curiosos. Intuitivamente, não se imaginaria que a criança iria produzir sujeitos nulos de maneira tão rápida no processo de aquisição, já que poderia ser considerada uma estrutura mais elaborada, em que o sujeito deve ser captado referencialmente, já que não está explícito. Por outro lado, esse dado, que mostra a presença de sujeitos nulos logo nos estágios iniciais, enfatiza que o sujeito nulo poderia mesmo ter um valor default, como apontado por Magalhães (2007a).

Nos dados, verifica-se que no verbo consta flexão de número e pessoa, portanto, pode ser confirmado que se trata da primeira pessoa do singular, já que não deixa de modo algum qualquer ambiguidade. Dessa forma, o uso pronominal não ocorre, mas os traços de número e pessoa já emergem. Posteriormente, espera-se que, à medida em que se amplia o uso de pronomes, ocorra a diminuição da utilização dos sujeitos nulos.

Com isso, é possível assegurar a afirmação de Pohlmann-Bulla (2009) que certifica que a flexão aparece anteriormente às formas nominais no português. Isso é comprovado pelos dados deste trabalho, já que as flexões estão presentes nos sujeitos nulos e também quando o uso pronominal emerge.

### 3.1.3 Sujeito Nulo sem Traço de Primeira Pessoa no Verbo

Embora não possua marcação de pessoa no verbo, notam-se casos em que os verbos se referem à primeira pessoa, mesmo que o traço de pessoa não esteja sendo usado explicitamente, sendo distinguível através do contexto. Assim, essa seção tem o intuito de analisar as artimanhas linguísticas utilizadas quando foge-se do uso do traço de pessoa, tanto pelo pronome, quanto pelo verbo.

Nas manifestações da Ana Clara, encontramos uma realização desse nicho. Esse exemplo é digno de ser analisado detalhadamente devido à riqueza de informação linguística que contém, portanto, segue-o:

(4) \*MAE: e a Ana Clara também trabalha, né?

- \*ANA: trabalha [\*]<sup>8</sup>.  
 \*MAE: a Ana Clara trabalha na Puc?  
 \*ANA: trabalha [\*].

Primeiramente, é evidente o uso do nome “Ana Clara” pelo adulto ao invés do pronome “tu” ou “você”, designando a segunda pessoa. Se a linguagem estivesse plenamente adquirida, esperava-se que a criança realizasse a inversibilidade, indicada por Quadros (2007) ao citar Scliar-Cabral (1977), e respondesse na primeira pessoa do singular. No entanto, o que verifica-se é o uso do verbo com sujeito nulo e com traço de terceira pessoa. Esse exemplo não é uma falha da linguagem da criança, mas se refere à utilização de artimanhas linguísticas conforme o estágio da aquisição. Dessa forma, utiliza-se do verbo na terceira pessoa, que é default, como já citado por Lyons (1979) e Martins (2007), em conjunto com o uso de sujeito nulo, que também pode ser compreendido como default. Ao responder em terceira pessoa, podemos ainda interpretar: “[A Ana Clara] trabalha”. Esse dado também corresponde à diferenciação entre nomes comuns e próprios, citado por Kato (2001), em que a Ana Clara incita o uso do seu nome próprio e não opera, ainda, o pronome correspondente. No exemplo (4) fica bem evidente a possibilidade de retomada do referente “Ana Clara”, que está nas sentenças acima, na fala do adulto.

Nos dados da Gabriela, são encontradas duas ocorrências acerca desse tópico. Seguem os trechos:

- (5) \*CAR: diz oi pra mamãe Gabi.  
 \*CAR: ó, a mamãe tá falando contigo.  
 \*CAR: fala assim ó, oi!  
 \*GAB: não que(r) [\*].

- (6) \*CAR: bonito, né?  
 \*CAR: tu não acha legal?  
 \*GAB: acha.

As duas produções da Gabriela correspondem à mesma explicação realizada acima para o dado de Ana Clara. No exemplos (5) e (6), as respostas podem corresponder a: “A Gabi não quer” e “A Gabi acha”, respectivamente. Além disso,

---

<sup>8</sup> Este asterisco é indicativo, conforme a gramática gerativa, de sentenças agramaticais. Já os asteriscos no início da sentença são sinais gráficos da transcrição.

condizem ao sujeito nulo e à flexão verbal em terceira pessoa, cujos valores são defaults.

Sobre isso, Grolla (2006) cita:

Os inquéritos transcritos compõem-se exclusivamente de diálogos, em que o turno de fala da criança é curto e limita-se a responder a pergunta do adulto, ou de comentários também breves sobre a situação de brincadeira imediatamente reconhecível no contexto da conversação. Tais circunstâncias discursivas, em que não há fala encadeada e o referente do sujeito é prontamente reconhecível no discurso imediatamente precedente e/ou no contexto e em que estruturas complexas estão ausentes, são favorecedoras do uso de sujeito nulo, pois compõem-se exatamente do tipo de sentença em que os sujeitos nulos são gramaticais em PB. (SIMÕES, 1999 apud GROLLA, 2006, p. 47).

Tais noções trazidas por Grolla (2006), explicam exatamente o que foi apontado pelos dados, com o turno de fala curto e a realização em situações em que o referente é facilmente reconhecível. Assim, são ocasiões em que os sujeitos nulos são gramaticalmente aceitos no português brasileiro e, dessa forma, as produções infantis não configuram em inovações linguísticas ausentes da fala adulta.

Nesses exemplos, além dessa possibilidade de análise, em que os termos “a Ana Clara” e “a Gabi” estão implícitos, a fala da criança também pode ser compreendida como uma resposta curta. Essa interpretação cabe ao fato da repetição do verbo que, inclusive, está inalterado quanto à flexão verbal.

#### 3.1.4 Considerações Gerais

Diante desses primeiros indícios, é possível afirmar que as emissões estão fortemente associadas aos valores default e, por isso, justifica-se a emissão do pronome pessoal reto de primeira pessoa no singular, bem como o sujeito nulo, com ou sem marcação de pessoa. Na sequência, será visível a progressão dos estágios, pelos quais a gramática infantil está rumo à gramática alvo.

### 3.2 SEGUNDO RECORTE TEMPORAL (2:01)

Na segunda faixa etária destacada para a pesquisa, nota-se que o uso pronominal tem um crescimento. Além disso, continua-se o uso de sujeitos vazios



sem marca no verbo, mas também já há indícios de plural no sujeito vazio com marca no verbo. E, ainda, apresenta-se o uso do referente em terceira pessoa.

### 3.2.1 Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Singular

À frente de todos os dados, está em evidência o largo aumento do uso dos pronomes, que ainda são exclusivamente no singular. Em números, esse aumento resulta em 14 e 29 ocorrências nos dados da Ana Clara e da Gabriela, respectivamente. Assim, já verifica-se uma ampla diferença com os dados do primeiro recorte, mostrando maior utilização da classe pronominal.

Dentre as produções, várias estruturas são notadas, como será evidenciado pelos trechos a seguir:

(7) \*GAB: a [I] eu achei o milho.

\*GIL: achou o milho!

Nesse primeiro exemplo é vista a colocação do pronome pessoal reto de primeira pessoa na posição de sujeito. Acompanhando isso, está a flexão verbal realizada de acordo com a língua alvo, concordando em número e pessoa.

(8) \*GAB: agola eu vou ab(r)i [\*].

\*GIL: agora tu vai abrir.

(9) \*ANA: eu vou telefonar.

\*CAR: pra quem?

Prosseguindo, nesses dois exemplos está posta uma estrutura que reúne boa parte das produções das crianças. É notável a utilização do verbo “ir” flexionado na primeira pessoa do singular - *vou* - como verbo auxiliar, que acompanha o verbo principal da sentença. Assim, observa-se progressão sintática da aquisição da linguagem. Essa construção poderia ser interpretada apenas como um indicativo de futuro, mesmo que extremamente próximo, por utilizar o verbo “ir”. No entanto, a combinação de dois verbos se repete sem estar associada à ideia de futuro, como nos excertos abaixo:

(10) \*GAB: eu quero co(r)ta.

\*GIL: o que que tu quer cortar?

(11) \*ANA: eu quero desenhar.

\*CAR: tu quer desenhar?

Assim, seja como um indicativo de futuro de maneira analítica, seja tal como nesses últimos exemplos, o fato é que a criança em aquisição está articulando a locução verbal flexionada na primeira pessoa do singular e, ainda, juntamente com o uso do pronome.

Na tabela que esmiúça as produções das crianças referente à presença verbal flexionada, nota-se que nesse estágio aquisitivo há apenas dois exemplos, um de cada criança, nos quais a forma verbal flexionada não está presente, são eles:

(12) \*ANA: eu vou nadar.

\*CAR: tu vai aonde?

\*ANA: e [/] eu +...

(13) \*GIL: pronto.

\*GAB: e eu bota [\*] aqui.

No primeiro exemplo, é nítido que a sentença não foi completada pela criança. Assim, há a produção do pronome “eu”, no entanto, a fala é interrompida em (12) e, dessa forma, consta a ausência verbal. De toda maneira, é necessário destacar que não é um exemplo que trata da ausência da concordância, ao invés disso, verifica-se a falta da forma verbal.

Já no exemplo (13) há uma possibilidade de interpretação, em que ocorre uma supressão do termo “vou” na construção estrutural da sentença. E, se esse dado for compreendido dessa maneira, o verbo “bota” está no infinitivo, sendo eliminado o “r” final como uma marca da oralidade. Novamente, podemos compreender não como ausência de concordância, mas como falta do item verbal, que nesse caso corresponde ao verbo auxiliar “ir” flexionado. Isso é totalmente coerente à consideração de Pohlmann-Bulla (2009), já apontada, que certifica que a flexão aparece anteriormente às formas nominais no português.

### 3.2.2 Sujeito Nulo sem Traço de Primeira Pessoa no Verbo

A presença de emissões de sujeito vazio sem marca de primeira pessoa no verbo contrastam com o alto índice de sujeitos vazios com marca flexional de primeira pessoa no verbo, como será visto na seção posterior. Os dados que não possuem marca de primeira pessoa no verbo estão flexionados na terceira pessoa, que contam com a ausência do traço marcador de pessoa, como já averiguado.

Esses dados aparentam se confrontar, pois quando não ocorre a concordância, poderíamos concluir que os traços de número e pessoa não emergiram ainda. No entanto, em produções do mesmo recorte temporal, esses traços já aparecem nos verbos. Por essa razão, os dados precisam ser analisados para entender o que ocorre. Abaixo, estão os três trechos em que essa estrutura é realizada:

(14) \*GIL: qual é esse aqui?

\*GIL: sabe?

\*GAB: sabe.

(15) \*GIL: mas me conta, tu foi no Rio de Janeiro?

\*GAB: foi [\*].

(16) \*CAR: tu sabe?

\*ANA: ai não sabe [\*].

Em todos os exemplos, o mesmo fenômeno aparenta ocorrer. É notório que a resposta dada pela criança repete o verbo que está na pergunta, estrutura típica de uma resposta curta. Em relação a isso, relembramos a citação anterior de Grolla (2006), que aborda o turno curto da criança em aquisição, que se relaciona à ausência de inversibilidade, e portanto, a flexão em número e pessoa no verbo. É justamente sobre a inversibilidade e a dificuldade em lidar com a primeira e segunda pessoa que Quadros (2007), retomando os estudos de Scliar-Cabral (1977), indica o procedimento consecutivo a isso, que é a utilização de uma terceira pessoa não marcada.

Também associada a isso, ainda está a alta tendência em deixar os sujeitos nulos. Com isso, verifica-se que nesses casos, nos quais a flexão está ausente, utiliza-se a estratégia linguística de resposta curta, ou seja, esta ausência de traço de pessoa está ocorrendo em um contexto específico.

Nesse estágio da aquisição é notada uma mescla, em que alguns momentos a gramática já está equiparada à adulta - produções com sujeito de primeira pessoa preenchido pronominalmente e com verbo flexionado - e em outros dados ainda é verificável a ativação das estruturas defaults - produções com verbo em terceira pessoa dado a ausência de marcador.

### 3.2.3 Sujeito Nulo com Traço de Primeira Pessoa no Verbo

Os sujeitos vazios com marca de pessoa no verbo estão presentes, sendo que a emissão desses já eram dados contabilizados no recorte etário anterior. A seguir, alguns exemplos referentes às produções no singular:

(17) \*CAR: a senhora aceita um suco?

\*ANA: aceito.

(18) \*CAR: depois tu assiste, né?

\*ANA: assisti.

(19) \*CAR: tu gosta de ir no mar?

\*ANA: gosto.

\*CAR: tu gosta da praia?

\*ANA: gosto da p(r)aia [\*].

(20) \*GIL: cadê o milho?

\*GAB: vo(u) proculá [\*].

(21) \*GIL: Gabriela, eu quero comer essa cenoura.

\*GAB: to comendo # a maçã [\*].

Com esses exemplos, nota-se a continuação do que já emergia no estágio anterior: a utilização do sujeito nulo com a marcação de primeira pessoa no verbo. No entanto, além disso que já era aparente, são notáveis evoluções no processo aquisitivo. Nos três primeiros exemplos, é visível a gramática infantil muito próxima à gramática adulta. Mesmo com a utilização de referentes em segunda e terceira pessoa pelo adulto, como “tu” e “a senhora”, a criança realiza a inversibilidade e produz a resposta na primeira pessoa do singular. Tal flexão é interpretável pelo verbo. No quarto exemplo é manifesta a produção de outras estruturas, articulando o verbo auxiliar “ir”, o qual foi um item já analisado anteriormente. Ainda, é patente

no último exemplo a manipulação do gerúndio, acompanhado do verbo “estar” flexionado.

Nesse ponto, o desenvolvimento do processo de aquisição demonstra a novidade do aparecimento do plural, exclusivamente nessa categoria de sujeito vazio com marca no verbo. Adiante, algumas ocorrências a serem analisadas em que os adultos, Carla e Gil, interagem com as crianças:

(22) \*CAR: desenhar uma o quê?

\*ANA: o mar.

\*CAR: o mar.

\*ANA: vamo(s)?

\*CAR: então vamo(s).

\*CAR: tu gosta de ir no mar?

(23) \*GAB: chega +...

\*GAB: agola podemo(s) xx.

\*GAB: e dessa [\*] aqui +...

\*GIL: e deixa aqui +...

Nesses dados, percebe-se ainda o uso de default em consonância à estrutura do sujeito nulo. Além disso, há a marcação no verbo que permite inferir que se trata da primeira pessoa do plural. É um tanto quanto curioso que o plural apareça nessa estrutura linguística de sujeito nulo e não ainda explicitamente no pronome. Isso é justificado, como já dito acima, pela noção default que ainda está em uso. Dessa forma, conclui-se que o plural está sendo adquirido em combinação ao traço de pessoa, no entanto, ainda não há o uso da forma pronominal. O uso pronominal, por sua vez, não é obrigatório, todavia, é bastante utilizado para evitar uma ambiguidade possível devido à perda de distinção entre as pessoas do discurso que vem ocorrendo nas flexões verbais do português brasileiro.

As produções de sujeito nulo no plural mostram um dado muito interessante, que é a implicatura do pronome “nós”, o qual está em paralelo ao pronome “a gente”, como será visível nos dados posteriores. Assim sendo, há a articulação da primeira pessoa do plural na flexão do verbo, a fim de que seja utilizado o sujeito nulo, e o termo “nós” não será usado como forma pronominal nos dados analisados. Caso fosse utilizado o pronome “a gente” em um caso de sujeito nulo, a

concordância seria a mesma do pronome de terceira pessoa do singular e, dessa maneira, a sentença ficaria ambígua.

No que se refere ao pronome reto de primeira pessoa no plural, Martins (2007) exprime:

A 1ª pessoa do plural não se constitui por eu + eu, de fato, em línguas naturais, não há 1ª pessoa do plural genuína, já que nunca falamos em “coro”. O pronome nós não se refere a um grupo de falantes, mas antes a um falante e também um ou mais receptores, ou a um falante e um ou mais outros indivíduos mencionados no discurso. Logo, nós implica eu + não-eu; este último correspondendo a uma segunda pessoa ou a uma terceira ou a ambas, que podem estar no singular ou no plural (MARTINS, 2007, p. 37).

Sendo assim, deve ser evidenciado esse progresso linguístico da criança, em que é capaz de distinguir as pessoas do discurso em primeira, segunda e terceira, diferenciá-las em singular e plural e, por fim, utilizar o pronome adequadamente. Tal processamento linguístico é totalmente distinto da utilização do pronome “eu”, já que nesse, quando a criança emite-o, sempre possui um referente que não oscila, ou seja, é fixo. Exemplificando, a Ana Clara ao produzir “eu” sempre está alusivo a ela mesma, a Ana Clara.

Diante dessas duas seções de sujeitos nulos, com e sem marcação de pessoa no verbo, espera-se que concomitantemente ao aumento do uso pronominal, ocorra uma diminuição no uso do sujeito nulo, como é dito por Magalhães (2007a). Em outras palavras, é esperado que à medida que o uso pronominal aumente, diminua-se o uso do sujeito nulo, da mesma maneira que ocorre na gramática adulta, em que os sujeitos nulos estão restritos a certas situações. Esse pressuposto é visto nos dados da Ana Clara, já com a Gabriela o uso do sujeito nulo ainda está crescente, no entanto, acredita-se que logo haverá a diminuição, a qual não pode ser concluída neste trabalho dado o recorte de idade. Com isso, é confirmado que o processo de aquisição da linguagem deve ser analisado comparativamente conforme os estágios, e não singularmente quanto à faixa etária das crianças.

#### 3.2.4 Expressão Referencial

Dando seguimento à análise, observa-se também no segundo recorte de idade a utilização de nome-referente pela criança ao dirigir-se a si mesma. Com a utilização de um nome, ao invés do pronome, a flexão verbal torna-se de terceira

pessoa, enquanto a referência no discurso é à primeira pessoa. Algumas possibilidades para a substituição pronominal são “o neném”, “a Gabi”, “a Ana” e assim por diante.

Esses dados, que somam 10 produções da Gabriela e 1 da Ana Clara, acrescentam muito ao trabalho quanto à distinção dos nomes próprios e pronomes. No entanto, é necessário esclarecer que os casos encontrados fogem do caso nominativo e da posição de sujeito e, por essa razão, nas tabelas de flexão verbal estão altamente relacionadas à ausência de verbo flexionado. Explicando: já que não corresponde ao preenchimento de sujeito, não há como estabelecer relação ao verbo. As ocorrências, em grande parte, correspondem a uma substituição dos pronomes possessivos, tais como nos exemplos transcritos:

(24) \*CAR: do que que é essa tampa?

\*ANA: é da Ana Clara.

(25) \*GIL: é da Gabi a casa?

\*GAB: é da Gabi.

Nesses exemplos fica evidente que a resposta consoante com a gramática alvo seria “é minha”, contudo, ainda sem o uso dos pronomes possessivos, as crianças manipulam o nome próprio.

(26) \*GIL: e aqui, quem é essa?

\*GAB: é a Gabi.

Já nesse exemplo, a resposta esperada seria “sou eu”. Embora o pronome pessoal de primeira pessoa esteja posposto, ainda assim é sujeito e, logo usaria o pronome “eu”. Da mesma forma que os exemplos anteriores, há uma articulação para que o uso seja do nome próprio, ou seja, uma referência fixa.

(27) \*GIL: a Gabi fez esse café?

\*GIL: e quem é que vai tomar o café?

\*GAB: a Gabi.

Por fim, nesse último trecho nota-se que a resposta “a Gabi” é curta, tendo o sentido de “a Gabi vai tomar o café”. Ainda, verificando as produções do adulto, também fogem da utilização pronominal, pois a Gil, ao se dirigir à Gabi, não usa o

pronome “tu” ou “você”. A utilização do adulto também é de um referente, marcando essa presença no input da criança. Dessa maneira, a criança ao utilizar da expressão referencial substitui o pronome de primeira pessoa. Já o adulto, ao manipular a expressão referencial, substitui o pronome de segunda pessoa. Esse tipo de dado, em que o adulto se refere à criança com o referente ao invés do pronome em segunda pessoa, aparece em um número considerável. No entanto, não estão contabilizados neste trabalho, já que a ênfase está na primeira pessoa e, ao adulto utilizar essa estratégia linguística, compete à referenciação de segunda pessoa.

### 3.2.5 Considerações Gerais

Com esses apontamentos, é evidente que a utilização pronominal progrediu, inclusive, pelo aumento do número das ocorrências de uso. Acerca do traço de número, são expostos os primeiros indícios de plural constatados na flexão verbal. Também, nota-se que a inversibilidade está em curso de evolução, dado que há momentos em que ocorre e em outros ainda está ausente, como esperado por Lopes (2004), acarretando manifestações como as de respostas curtas e a utilização referencial em terceira pessoa. Em ambas essas artimanhas, a criança articula a fala do adulto, retomando o referente utilizado, sendo que nas respostas curtas repete apenas o verbo, sem a flexão, e na utilização de referente em terceira pessoa emite-o, retomando novamente.

## 3.3 TERCEIRO RECORTE TEMPORAL (2:03)

Nesse terceiro recorte temporal, o índice de uso dos pronomes pessoais em primeira pessoa continua a aumentar consideravelmente. Além disso, apresentam-se as primeiras produções de pronomes pessoais retos de primeira pessoa no plural. As emissões de sujeitos vazios permanecem e serão averiguadas distintivamente com a presença e a ausência da marca de pessoa no verbo. E, por fim, será verificado o uso de referente em terceira pessoa nesse último estágio analisado.

### 3.3.1 Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Singular



No terceiro estágio averiguado, é visível que a utilização pronominal continua a ocorrer, desenvolvendo essa categoria que já emergiu nos estágios anteriores. A ocorrência do uso do pronome pessoal reto em primeira pessoa no singular aumenta consideravelmente em dados absolutos, resultando em 25 emissões da Ana Clara e 57 da Gabriela.

Ao explorar os dados, algumas estruturas da sentença se repetem daquelas que já foram esmiuçadas no recorte temporal anterior. Uma das formulações utilizadas anteriormente é o pronome com o verbo flexionado em número e pessoa, a qual também consta nessa etapa, conforme os exemplos:

(28) \*ANA: sabe que eu tomei banho lá, lá, aqui no banheiro[\*]?

(29) \*GIL: quem é essa?

\*GAB: é [/] eu não sei.

Uma outra estrutura utilizada no estágio de 2:01, que também reprisa neste estágio, é a combinação do pronome, com o verbo “ir” flexionado em número e pessoa e, ainda, somado a mais um verbo. Acerca disso, seguem alguns exemplos abaixo:

(30) \*GAB: eu vou sair daqui # com o carro.

\*GIL: agora tu vai pra casa com o carro.

(31) \*ANA: eu vou pegar.

\*CAR: ela já passou perfume?

Além dessas formulações sintáticas, nas produções da Gabriela, nota-se o aparecimento do imperativo e do infinitivo - numa mesma sentença - e do gerúndio. No primeiro caso, encontra-se uma construção mais elaborada da sentença em que “eu ver” é o complemento de “deixa”, um caso interessante para se analisar. O exemplo está exposto abaixo:

(32) \*GIL: onde será que tá o grande?

\*GAB: deixa eu ver.

Mesmo estando o verbo “ver” no infinitivo, podemos considerar duas possibilidades de análise: na primeira, a flexão de primeira pessoa existe, mas é nula neste caso (um caso de infinitivo flexionado, portanto, por contraste a “deixa nós vermos”, possível no português brasileiro). Na segunda possibilidade, não haveria um verbo flexionado (comparável a: deixe-me ver, deixe-nos ver), e o que está em questão no exemplo acima seria a aquisição da forma acusativa do pronome “me”. Assim, a não concordância explícita do “eu” com o “ver” está de acordo com a gramática alvo, em qualquer uma das duas análises.

Nas ocorrências com gerúndio, verifica-se que há o verbo auxiliar flexionado na desinência de número e pessoa e, logo após, o verbo em gerúndio. Sobre isso, tem-se os exemplos:

(33) \*GIL: tu tá botando farinha ou ovo?

\*GAB: eu tô botando.

(34) \*GAB: eu tô b(r)incando (\*).

\*GIL: está brincando com quem?

(35) \*GAB: eu tô [/] eu tô comendo.

\*GIL: tá comendo o quê?

Em todos os recortes temporais, as produções de pronomes pessoais retos em primeira pessoa no singular foram realizadas acompanhadas do verbo flexionado em número e pessoa, ou seja, ocorre a concordância entre o sujeito e o verbo. Dessa forma, o traço de número e pessoa é marcado duas vezes na sentença: pelo pronome e pelo verbo. Partindo disso, essas estruturas sintáticas mais elaboradas, que estão emergindo progressivamente, continuam a comprovar que a relação entre pronome e verbo é efetivada. Isso mostra a manipulação da criança em utilizar o pronome mesmo em sentenças mais complexas sintaticamente.

Isso está consoante ao estudo de Pohlmann-Bulla (2009), como destacado desde o primeiro recorte temporal, que garante que a flexão é adquirida precedentemente às formas pronominais. Dessa maneira, ao emergir o uso pronominal, a flexão já estava sendo marcada, e isso justifica a concordância entre sujeito e verbo ser bem estabelecida nesse estágio e nos anteriores.

Há poucas sentenças em que não há a presença verbal flexionada. Essas foram postas abaixo:

(36) \*CAR: onde tá o filhinho?  
 \*ANA: eu +...  
 \*CAR: que cor é essa daqui?

(37) \*GAB: <vou até o xx> [?].  
 \*GAB: onde eu [/] o estojo.  
 \*GIL: ah, o estojo.

(38) \*GAB: daqui pouco eu põe no fogão.  
 \*GIL: daqui a pouco tu põe no fogão.

No exemplo (36), reencontra-se o mesmo caso colocado na subseção anterior, em que a sentença foi interrompida. No exemplo (37), ocorre a supressão verbal novamente. Desse modo, nesses dois exemplos está ausente a forma verbal por completo, não sendo faltante apenas a concordância. E, desse jeito, não há forma nominal e, muito menos, flexão a ser estabelecida. Já no exemplo (38), a falta de flexão adequada do verbo pode se relacionar à irregularidade do verbo, que para ser aprendida deve ser copiada do input. Ainda assim, nota-se uma tentativa de concordância feita pela criança. Portanto, conclui-se que a flexão, nessa idade, já apresenta marcas de concordância com o pronome, salvo em poucos casos, como esses em que se observa irregularidade na forma verbal.

### 3.3.2 Pronomes Pessoais Retos de Primeira Pessoa no Plural

Nessa fase da aquisição realizam-se as primeiras emissões do pronome pessoal reto de primeira pessoa no plural, enquanto anteriormente era visto apenas no singular, dado que é default, como já apontado. A formulação dessa categoria ocorreu exclusivamente com a utilização do pronome “a gente”, como mostrado nas transcrições abaixo em que as crianças interagem com os adultos:

(39) \*ANA: xx papi que a gente vai (a)rrumar [\*]!  
 \*CAR: a gente vai chorar?  
 \*ANA: a gente chola [\*]!

- (40) \*GAB: a gente faz.  
 \*GIL: a gente faz, então?  
 \*GIL: eu vou fazer e a gente faz.  
 \*OUT: xx.  
 \*GAB: a gente faz carrossel!

Através desse dado, em que há a realização da primeira pessoa no plural exclusivamente com o uso do pronome “a gente”, é atestada a usualidade desse pronome. Ainda, é destacável que a concordância ocorra de maneira adequada pela criança, em que o pronome corresponde à primeira pessoa do plural, mas a flexão verbal condiz com a terceira pessoa do singular. Nesse momento, é evidente o desempenho infantil ao fazer esse uso pronominal e, logo, a analogia para a concordância adequada.

Além disso, é significativo esse dado porque, no estágio anterior, era usável implicitamente o pronome “nós” nas sentenças de sujeito nulo. Já nesse estágio, quando a posição de sujeito deixa de ser nula e passa a ser preenchida, verifica-se a utilização preferível de “a gente”.

Essas evidências exemplificam o que é proposto por Martins (2007) ao definir o português como uma língua que a relação sujeito-verbo é uma relação fraca, uma vez que há três pessoas pronominais, no entanto, no que concerne à concordância verbal, há apenas a primeira e a terceira pessoa. À vista disso, quando o sujeito está explícito usa-se a forma preferível - a gente - e nas situações em que está implícito, é necessário que a flexão verbal se refira à primeira pessoa do plural, subentendido o termo “nós”, para que não haja ambiguidades.

Ainda, com esse dado é atestada a postulação de Martins (2007), ao citar Noyer (1992), em que primeiramente emerge-se o traço de pessoa e, apenas posteriormente, põe-se em uso o traço de número.

### 3.3.3 Sujeito Nulo com Traço de Primeira Pessoa no Verbo

Dando sequência à análise, nas produções em que o sujeito vazio possui marca de pessoa no verbo, são reprisadas as estruturas sintáticas já vistas. Há, novamente, a produção do verbo com o objeto, como também a soma do verbo auxiliar - flexionado - com o verbo principal da sentença. Correspondente a isso, tem-se as transcrições entre variados exemplos:

(41)\*ANA: xxx tomei banho.

\*CAR: tomou banho?

(42)\*GAB: vou conve(r)sar (\*) com a outra laranja (\*).

\*GIL: vai conversar com a outra laranja.

Além dessas manifestações, é evidenciável a presença de respostas curtas, como já foi notado no recorte temporal anterior, no entanto, as produções anteriores não possuíam flexão verbal. Nessas produções, a mesma estratégia linguística é utilizada, mas não como recurso para evitar a utilização do traço de número e pessoa. Aqui, as produções de sujeito nulo em respostas curtas estão se assemelhando à gramática adulta, em que são aceitas gramaticalmente, como apontado por Magalhães (2007b). Abaixo, alguns exemplos dessa estrutura usada apenas pela Gabriela:

(43) \*GIL: tu gosta de banana?

\*GAB: gosto.

(44) \*GIL: tu [/] tu ficou amiguinha delas?

\*GAB: fiquei.

(45) \*GIL: posso levar a outra?

\*GAB: posso.

O último exemplo expressa uma especificidade interessante. Ao realizar a resposta curta, retomando o verbo flexionado, a criança também emite-o em primeira pessoa do singular, não realizando a inversibilidade. Nesse dado ocorre justamente o contrário do que era visto antes, que eram respostas curtas em terceira pessoa, a fim de não flexioná-las em primeira pessoa. Aqui, foge-se do uso da segunda pessoa - pode/podes - e, por isso, utiliza-se a flexão de primeira pessoa.

Isso sugere que a segunda pessoa não é adquirida concomitantemente à primeira, logo, a primeira pessoa, como default, emerge antes da segunda. Embora a flexão da segunda pessoa com o pronome “você” corresponde à mesma forma de conjugação de terceira pessoa, e esta é default, possivelmente a segunda pessoa enquanto traço ainda não foi adquirida. Assim, a segunda pessoa não aparece nem

enquanto traço no verbo, nem enquanto forma pronominal. É possível que, por essa razão, a criança não pronunciou “pode”, a qual era uma estrutura usada em estágios anteriores para terceira pessoa.

No que se refere às produções de sujeito nulo com marca de primeira pessoa plural no verbo, os casos encontrados ocorrem com o verbo “ir” (“vamos”), como nos exemplos a seguir:

(46) \*ANA: vamos matar ele.

\*CAR: matar o bicho?

(47) \*GIL: vamo(s) pegar a meia dela.

\*GAB: vamo(s) tomar banho.

### 3.3.4 Sujeito Nulo sem Traço de Primeira Pessoa no Verbo

As emissões que preenchem essa categoria nesse estágio da aquisição merecem uma averiguação detalhada, já que apresentam um comportamento singular. Inclusive, colocam em dúvida a classificação das emissões nessa classificação. Nesse sentido, há três produções, as quais encontram-se abaixo:

(48) \*GIL: botou açúcar, então?

\*GAB: boto.

(49) \*ANA: mim [\*] que(r) mais.

\*CAR: cansei!

\*ANA: mim quer mais!

(50) \*CAR: agora cansei!

\*CAR: opa, pisou na colher!

\*ANA: quer mais.

O exemplo (48) demonstra uma produção ambígua. Em uma primeira interpretação, esse dado pode ser interpretado como “eu boto”, em que haveria ausência da flexão verbal no passado, dado que a pergunta está no pretérito. No entanto, em uma segunda interpretação, se o dado foi interpretado como “botou”, o dado rememora as produções já realizadas antes, em que a resposta curta capta o verbo utilizado e repete-o, não realizando a flexão em número e pessoa.

No exemplo (49), observa-se a utilização do pronome “mim”, que corresponde à classificação dos pronomes oblíquos. Dessa forma, este uso repercute no uso de um verbo infinitivo, sem marca de pessoa. No exemplo (50), há a possibilidade interpretativa de ser consoante à flexão de terceira pessoa (quer), ou então, não apresentar a emissão do termo “mim”, acompanhado do verbo “quer”, tal como empregado no exemplo anterior. Nesse caso, na primeira interpretação usa a terceira pessoa - e não a primeira - e na segunda possibilidade utiliza-se o pronome oblíquo ao invés do pronome reto.

### 3.3.5 Expressão Referencial

Nesse recorte temporal, em relação aos nomes-referentes em terceira pessoa, os números de produção da Ana Clara são maiores, somando 5 produções, enquanto a Gabriela possui apenas uma. Abaixo, constam alguns exemplos:

(51) \*CAR: quem é que tá aparecendo ali no espelho?

\*ANA: Clala[\*].

(52) \*GIL: quem é essa menina que tá no espelho?

\*GAB: a Gabi.

(53) \*ANA: ago(r)a [\*], Ana C(l)ara [\*].

\*CAR: ah?

\*ANA: Ana C(l)ara [\*].

(54) \*ANA: hoje a [/] a Ana Clara comeu chocolate.

\*CAR: hoje a Ana Clara comeu chocolate?

Nos dois primeiros dados, (51) e (52), uma pergunta muito semelhante é emitida às crianças e ambas respondem da mesma maneira. Ao serem questionadas quem visualizavam no espelho, respondem utilizando o nome próprio, enquanto era possível a utilização do pronome “eu”. O mesmo ocorre no terceiro exemplo, (53), em que é nomeado de quem é a vez de balançar, dado um contexto de brincadeira. Dessa maneira, esses dados estão associados retamente às considerações de Kato (2001), que aborda a distinção desde muito cedo pelas crianças entre nomes comuns e nomes próprios, em que a preferência é dada ao nome próprio, nitidamente.

No quarto exemplo, (54), apura-se uma produção em que o referente está ligado a alguma ação, o que se difere dos dados anteriores que a produção da criança se preocupava em nomear. Nesse exemplo, há uma relação mais estreita entre sujeito - que é preenchido pelo nome próprio - e verbo.

Através dessa análise, é perceptível que a utilização de um referente perpetua-se mesmo depois do aparecimento pronominal. E assim evidencia-se o período anterior ao estabelecimento paramétrico, dado por Lopes (2004), mas que já emergem as categorias adquiridas, nesse caso, o uso pronominal de primeira pessoa. As produções são coexistentes nesses períodos da aquisição da linguagem e conjectura-se que em idades posteriores a essa devam desaparecer tal sincronidade.

### 3.3.6 Considerações Gerais

Nessa subdivisão, foram examinados o uso dos pronomes pessoais retos de primeira pessoa no singular, cujas estruturas se repetiram algumas vezes e outras emergiram. Além disso, despontou uma novidade, constituída na utilização do pronome pessoal reto de primeira pessoa no plural e ficou nítida uma maior usualidade do termo “a gente” comparado ao “nós”. Também, a categoria de sujeitos nulos continua a aparecer, bem como a utilização de referente em terceira pessoa.

Ao longo de todo o trabalho, foi elencada a relação do aumento do uso pronominal com a baixa do uso de sujeito nulo. Essa é uma associação destacada por Magalhães (2007a) e parte do princípio de que no português brasileiro não é comum o sujeito nulo, sendo definido como seletivo devido ao enfraquecimento flexional (MAGALHÃES, 2007b). Nesse sentido, nesse último estágio é crucial analisar se essa relação foi efetivada ou não. Nos dados da Ana Clara essa associação é alegada, contudo, nas produções da Gabriela ainda é verificável uma alta incidência do sujeito nulo. Acerca disso, Kato (2001) assegura que quando o traço de pessoa é adquirido, passando do sistema unipessoal para o pluripessoal, a tendência é a realização de sujeitos nulos até que o valor paramétrico seja estabelecido.

Concomitantemente a isso, é perceptível que nos dados da Ana Clara a ocorrência de produções de uso do referentes, ao invés do pronome, está em



número mais elevado do que os pertencentes à Gabriela. O esperado era que, conforme fossem adquiridos os estágios da aquisição, as produções utilizassem exclusivamente os pronomes, tal como é a gramática adulta.

O fato é que essas conclusões apontadas podem estar relacionadas. A Ana Clara persiste no uso do referente em terceira pessoa, em contrapartida, há uma menor incidência nos sujeitos nulos. O oposto a isso ocorre com a Gabriela, em que há um maior número dos sujeitos nulos comparados ao uso referencial em terceira pessoa. Assim sendo, compreende-se que essas são manipulações linguísticas utilizadas em substituição do uso pronominal que, no entanto, aparecem simultaneamente às sentenças preenchidas com o pronome.

Portanto, é possível concluir que esse é um estágio da aquisição em que estão emergidas as formas pronominais, todavia, continuam a oscilar até a marcação paramétrica. Isso significa que ao despontar o uso pronominal, a eliminação de estruturas linguísticas que foram manifestas primeiramente não é instantânea. Embora o uso da categoria seja visível na fala das crianças, há um processo a ser percorrido até o estabelecimento do parâmetro, conforme a língua em aquisição. No que diz respeito a esses itens averiguados, o parâmetro do português brasileiro quanto à referenciação à primeira pessoa seria a utilização pronominal e, no que diz respeito ao sujeito nulo é a concepção desse como seletivo.

Ainda, diante desses dados, constata-se que há um número distinto quando comparadas as produções das duas crianças observadas, embora os recortes de idade sejam os mesmos. Isso assegura a afirmação que a aquisição da linguagem possui estágios que não são estabelecidos previamente pela idade dos falantes.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS DOS ADULTOS

Sincronicamente à análise dos dados infantis, foram investigadas as manifestações dos adultos que interagem com as crianças, a fim de comparar as linguagens, visualizar se as produções infantis tendem a dispor de semelhança às adultas e, ainda, caso seja possível, perceber como a criança está utilizando os dados recebidos. Foi verificada anteriormente a questão do input pobre, por essa razão, são inseridos os dados dos adultos a fim de investigar qual a reflexão desses dados na linguagem da criança.

Nas produções dos adultos, foram contabilizadas as emissões de pronomes pessoais do caso reto em primeira pessoa, distinguindo-as em singular e plural. Além disso, outro item analisado foi a produção de referentes quando o adulto falava de si mesmo, ou seja, o uso de expressões referenciais como “a mamãe”, “o papai”, “a Gil”, “a Carol” pelo próprio adulto. Também, as execuções de sentença com o sujeito vazio foram elencadas, separando-as em singular e plural e, nesse quesito, acredita-se que as manifestações possuam concordância. Abaixo, são encontradas as tabelas que contabilizam os dados verificados.

**Tabela 5 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala do adulto dirigida à criança (Ana Clara)**

Idade da criança	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa singular	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa plural (nós/ a gente)	Uso de expressão referencial	Sujeito nulo em primeira pessoa no plural	Sujeito nulo em primeira pessoa no singular
1;10	16	18	6	28	4
2;01	53	28	0	35	17
2;03	78	24	0	67	22

Fonte: Elaboração própria

**Tabela 6 - Pesquisa quantitativa de dados em números absolutos da fala do adulto dirigida à criança (Gabriela)**

Idade da criança	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa singular	Uso do pronome pessoal reto de primeira pessoa plural (nós/ a gente)	Uso de expressão referencial	Sujeito nulo em primeira pessoa plural	Sujeito nulo em primeira pessoa no singular
1;10	25	8	3	112	7
2;01	45	7	0	30	24
2;03	32	12	4	40	14

Fonte: elaboração própria

Sendo esses os dados dos adultos contabilizados, partiremos à interpretação seguindo as categorias elencadas para análise.

#### 4.1 PRONOMES PESSOAIS RETOS DE PRIMEIRA PESSOA

No primeiro recorte temporal, uma observação relevante é quanto à produção infantil dos pronomes pessoais em primeira pessoa serem exclusivamente no singular. Comparado com o input recebido, ou seja, as informações computadas dos adultos, percebe-se também uma incidência considerável do pronome pessoal reto em primeira pessoa no singular e no plural. No entanto, mesmo tendo contato com produções no plural, a criança ainda não as realizou devido ao seu estágio da aquisição. Dessa maneira, mesmo que o input apresente os dados em plural, aciona-se apenas o que é default, ou seja, o singular.

Quanto ao segundo e terceiro recortes temporais feitos, destaca-se o crescimento do uso de pronomes pelas crianças. Simultaneamente a isso, está também o aumento do uso pronominal pelos adultos. Poderíamos pensar que o adulto está intuitivamente organizando a linguagem a fim de ser mais acessível à criança. A alternância do uso pronominal por outras estratégias linguísticas, como a expressão referencial e o sujeito nulo acompanhado do verbo “vamos”, que serão vistos na sequência, são exemplos de estruturas linguísticas utilizadas pelo adulto para acessibilizar a linguagem para a criança. Essa é uma consideração concebida por Polhmann-Bulla (2009) ao assegurar que no início do processo a linguagem adulta quando está dirigida à criança também é unipessoal. É possível relacionar essa consideração ao pressuposto que a linguagem é cooperativa, ou seja, os interlocutores colaboram para compreender e serem compreendidos. Dessa

maneira, é uma habilidade intuitiva para que a linguagem seja compreendida pelo interlocutor, que nesse caso, é uma criança que a forma pronominal ainda não foi adquirida. No entanto, deve-se dizer que não há consenso sobre tal organização do input adulto.

No que se refere às formas pronominais do plural, é verificável a oscilação entre o uso dos pronomes “nós” e “a gente” pelo adulto. Inclusive, ocorrem em um mesmo turno de fala, como no exemplo abaixo, retirado dos dados da Ana de um ano e dez meses:

(55) \*MAE: conta pra tia Gilse onde é que nós vamos [/] que a gente vai viajar.

\*MAE: nós vamos viajar, né filha?

\*ANA: é xx.

Essa oscilação entre as duas formas pronominais para se referir à primeira pessoa do plural ocorre em todos os estágios averiguados. Comparando esse fato com as produções infantis de uso pronominal no plural verificadas nas seções anteriores, é notável que a criança produziu exclusivamente o pronome “a gente” (mas foram poucos os dados encontrados). No entanto, é possível afirmar que a emissão do “a gente” é mais ostensiva e, dessa forma, é perceptível a manipulação da criança acerca do input recebido.

As estruturas mais elaboradas que emergiam progressivamente nos dados infantis quanto ao uso da forma pronominal também são verificadas nos dados dos adultos. Sobre isso, estão alguns exemplos abaixo retirados dos dados do segundo recorte temporal (2:01):

(56) \*CAR: eu vou servir um pouquinho pra ti.

\*CAR: tu não quer?

\*ANA: xx.

(57) \*CAR: eu tô indo te visitar ó.

\*CAR: tô indo no meu carro.

(58) \*GIL: e de mim, tu gosta?

\*GAB: gosto.

\*GIL: aí mimosa, deixa eu dar um beijinho em ti.

No primeiro exemplo encontra-se a estrutura utilizada enfaticamente nas produções das crianças, que é a combinação do sujeito com o verbo auxiliar “ir” somado ainda a outro verbo. No segundo exemplo verifica-se outra formação presente nos dados infantis, que é o gerúndio. E nesse último dado situa-se a construção frasal iniciada pelo verbo “deixar”, na qual o pronome “eu” constitui-se participante do objeto da sentença. Assim sendo, quanto à estruturação sintática da sentença, nota-se claramente a utilização do input recebido.

## 4.2 EXPRESSÃO REFERENCIAL

Uma tática utilizada comumente na linguagem adulta, quando está dirigida à criança, é a utilização da expressão referencial a fim de escapar da colocação pronominal. Quando o adulto faz uso disso, ao invés de utilizar o pronome “eu”, se autorreferencia como “a mamãe”, “o papai”, “a Gil”, entre outras possibilidades. Dessa maneira, é usado um nome, seja comum ou próprio, pois possui uma referência fixa, não necessitando da inversibilidade (QUADROS, 2007 apud SCLIAR-CABRAL, 1977) que é uma propriedade ainda em curso de aquisição. Exemplificando, “a mamãe” sempre será “a mamãe”, independente de qual pessoa do discurso fale. É uma facilitação para que a linguagem seja compreendida pela criança. A seguir, encontram-se alguns exemplos que pertencem ao primeiro e ao último estágios da aquisição:

(59) \*MAE: Ana Clara, hoje a mamãe não foi trabalhar, a mamãe tá aqui contigo.

\*ANA: hum, a b(r)uxa tá aqui.

(60) \*CAR: enquanto eu ligo?

\*CAR: a Carol liga e tu toma o guaraná.

(61) \*GAB: é a Gil.

\*GIL: ah, é a Gil que tá brincando contigo.

Acerca desses exemplos, é evidente que o adulto já passou dessa fase aquisitiva e, portanto, utiliza essa artimanha linguística de referência em terceira pessoa por ser uma linguagem dirigida à criança. Acerca da expressão referencial, os adultos comumente se referem às crianças utilizando-a. Ou seja, substitui-se o pronome em segunda pessoa - tu/você - por algum nome, como “o neném”, “a Ana”

e “a Gabi”. Apesar desse dado ser muito evidente e interessante, não encaixa dentro da delimitação do trabalho pois correspondem à segunda pessoa do discurso, enquanto o eixo do trabalho é de primeira pessoa. De qualquer forma, segue um dado retirado da Ana Clara (1:10) a fim de ilustrar o que foi dito:

(62) \*MAE: onde é que a Ana Clara brinca com pá e com balde?

\*ANA: essa?

### 4.3 SUJEITO NULO

Ao que diz respeito aos sujeitos nulos, última categoria analisada nos dados, é verificado que todos apresentam a marca verbal, dado que a gramática é adulta e, portanto, está adquirida a concordância. Ao comparar os números entre sujeito nulo no plural e no singular, nota-se uma alta incidência do plural. Ainda, merece ser destacado o fato que quase a totalidade dessas produções competem ao verbo “ir” auxiliar, conforme excerto abaixo:

(63)\*CAR: vamos ver como é que é essa história?

(64) \*CAR: vamos pra ali ó, Gabi?

\*CAR: vamos lá ver o que que tem aqui dentro +..

Fica nítida a intenção do adulto ao utilizar a primeira pessoa no plural, para incluir a criança em diversas atividades, de modo que ela se sinta somada na realização. A utilização da expressão “vamos” expressa uma ideia de convite, inclusive, grande parte das sentenças são interrogativas, ou seja, esperam a resposta da criança em aceitar o chamado à realização de alguma ação. Dessa forma, a presença do sujeito nulo no plural é um dado de presença marcante no input da criança, destacado quase que exclusivamente pela expressão “vamos”. Uma possibilidade, é que a criança esteja associando essa expressão a um convite, mas ainda não note a implicatura de uma primeira pessoa no plural.

Contrapondo esses índices dos dados dos adultos com as produções infantis, constata-se justamente o oposto. A incidência de sujeitos nulos na primeira pessoa do plural ocorre em um número baixo nos dados das crianças. Esse fato pode ser compreendido devido à maior complexidade do referente “nós” ou “a gente” como

postulado por Martins (2007) e também está associado à necessidade da expressão do pronome “a gente” para que a sentença não fique ambígua.

Em referência ao uso dos sujeitos nulos no singular, certifica-se um número bem baixo nas produções dos adultos, em uma média de 5% em ambas as interações com as crianças. Mesmo com esse baixo índice, a produção de sujeito nulo com marca no verbo no singular é um dado bastante enfático na produção infantil, mostrando uma diferenciação do que é recebido de informação do input com o que é produzido pelas crianças. Assim, conclui-se que mesmo o input dispondo de informações, precisa ser acessado o que é determinado pelo aparato inato da linguagem, de forma que vai emergir aquilo que corresponde ao estágio aquisitivo. E, com isso, também é comprovado o uso arbitrário do sujeito vazio, como proposto por Magalhães (2007a).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao estudo da aquisição dos pronomes pessoais retos de primeira pessoa no português brasileiro, utilizou-se como subsídio teórico a gramática gerativa com todos os pressupostos que a constitui, inclusive, direcionou a pesquisa realizada a uma abordagem continuísta. Quanto à escolha por essa vertente, dentre os outros motivos apontados, se deve ao fato da consideração que a gramática infantil apresenta larga semelhança se comparada à gramática adulta. É justamente isso que é averiguado nos dados, já que, embora no início da aquisição ocorram manifestações agramaticais, logo essas tendem a ser valoradas parametricamente e, assim, se tornam equivalentes à gramática alvo. Assim, o objetivo de analisar a aquisição consoante à gramática gerativa foi efetivado, incluindo a associação ao continuísmo.

Além disso, a função dos pronomes e suas propriedades particulares também foram discutidas, mostrando a complexidade que engloba esse estágio aquisitivo. Dessa forma constatou-se que a amplitude dessa categoria corresponde ao aparecimento dos traços de número e pessoa, além de serem elementos dêiticos e necessitarem da noção de inversibilidade.

Também, os dados foram averiguados quanto ao uso pronominal e, paralelamente a isso, analisaram-se estruturas que substituem o uso da forma pronominal: o sujeito nulo e o uso da expressão referencial. Nisso, constatou-se que o sujeito nulo é usado de maneira arbitrária inicialmente e que, quando começa a ser estabelecido parametricamente, seu uso diminui e se torna condizente às situações seletivas da gramática adulta. Quanto ao referente, percebeu-se a estratégia infantil em referir-se com um nome e, nessa ação, o nome condiz a uma forma de tratamento.

Por fim, o objetivo de analisar a gramática adulta se concluiu, com a finalidade da compreensão mais efetiva desse estágio aquisitivo. Para isso olhou-se para o input recebido, analisando as produções adultas e como a criança utilizava os dados recebidos. Através disso, identificou-se que foi ativado primeiramente o que era default, utilizando do input, até que as produções estavam cada vez mais semelhantes à gramática adulta.

O default foi um aspecto importante para a constituição do trabalho, já que previu exatamente os itens que emergiram primeiramente. Assim, constatou-se que



o sujeito nulo, bem como a flexão verbal em terceira pessoa, são elementos que primeiramente aparecem justamente por serem default. No que diz respeito à forma pronominal, numa correlação entre as referências do material teórico, foi evidenciado que as primeiras produções referem-se à primeira pessoa do singular do caso nominativo, o que corresponde aos dados extraídos.

Diante disso, é recordável o que Lopes (2004) propôs ao estudar o traço de número, em que primeiramente há a ativação do valor default do singular, depois uma oscilação entre singular e plural, e, por fim, há o estabelecimento paramétrico. E, com isso, é possível estabelecer um paralelo quanto ao uso dos pronomes substituído pelo sujeito nulo e pela expressão referencial. Inicialmente, há a ativação dos valores defaults, que é o sujeito nulo e a expressão referencial acompanhada de verbo em terceira pessoa. Posteriormente, oscila-se as produções entre pronome e sujeito nulo/expressão referencial. Isso ficou evidente no último estágio das produções infantis em que, mesmo com a aquisição da forma pronominal, ainda não haviam sucumbido as formas substitutivas. Depois desse período de oscilação, prevê-se o estabelecimento do parâmetro, que corresponde ao valor da língua que está sendo adquirida, e assim a gramática infantil torna-se equivalente à gramática adulta.

## REFERÊNCIAS

CANÇADO, M. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CORRÊA, L. M. S; NAME, M. C. L; FERRARI-NETO, J. **O processo de informação e interface na aquisição de gênero e de número no português brasileiro**. In: Letras de hoje. Porto Alegre, 2004.

COSTA, J. GROLLA, E. **Pronomes, clíticos e objetos nulos: dados de produção e compreensão**. In: **aquisição de língua materna e não materna**. Berlin: FU, 2017.

GROLLA, E. **A aquisição da linguagem**. UFSC, 2006.

GROLLA, E; FIGUEIREDO SILVA, M. **Para conhecer aquisição de linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

KATO, M. **Aquisição de linguagem numa abordagem gerativa**. In: Letras de Hoje. Porto Alegre: UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Nomes e pronomes na aquisição**. In: Letras de Hoje. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

LOPES. R. **Uma proposta minimalista para a aquisição da linguagem: relações locais**. Tese (Doutorado em Linguística). São Paulo: UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. **(Des)aprendizagem seletiva: argumentos em favor de uma hipótese continuísta para a aquisição**. In: Letras de hoje. Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estágios no processo de aquisição de número no DP do Português brasileiro**. In: Letras de hoje. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **O problema de Platão**. In: Chomsky a reinvenção da linguística. São Paulo: Contexto, 2019.

\_\_\_\_\_. **Aquisição da linguagem numa abordagem gerativa**. In: Letras de hoje. Porto Alegre: UNICAMP, 1999.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: USP, 1979.

MAGALHÃES, T. M. V. **A produção de sujeitos e o uso da terceira pessoa na aquisição do português europeu e do português brasileiro entre os 2;0.0 e 2;3.17 anos**. São Paulo: UNICAMP, 2007a.

MAGALHÃES, T. M. V. **A aquisição de pronomes sujeitos no PB e no PE**. In: Letras de hoje. Porto Alegre, UESB, 2007b.

MARTINS, L. S. **O traço de pessoa na aquisição normal e deficitária do português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro, PUCRJ, 2007.

MIOTO, C. **A gramática gerativa e a aquisição da linguagem**. In: Letras de hoje. Porto Alegre, 1995.

PENA-FERREIRA, E. **Diferentes usos dos pronomes pessoais: inovação do português brasileiro ou tendência da língua portuguesa?** Santarém: UFOPA, 2017.

POHLMANN-BULLA, J. **A Aquisição do Caso no Português Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Aquisição de sujeitos e objetos pronominais no português brasileiro: um estudo longitudinal dos nulos, pessoais e seus casos na perspectiva da morfologia distribuída**. Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

QUADROS, R. M. **O paradigma gerativista e a aquisição da linguagem**. In: Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: UFSC, 2007.

SCLIAR-CABRAL, L. **Emergência da função reportativa**. Letras de Hoje, v. 19, p. 59-74, 1975.